



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA**



**PORTO VELHO/RO  
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

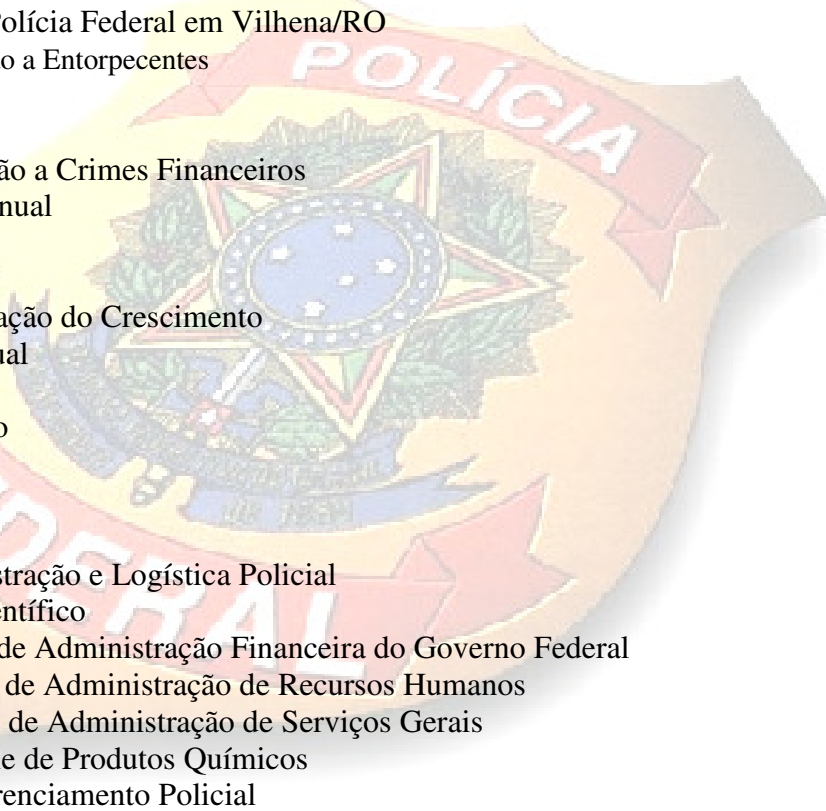
Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**Unidade Consolidada:** Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL

**PORTO VELHO/RO  
MARÇO/2013**

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União  
COF – Coordenação de Orçamento e Finanças  
COGER/DPF – Corregedoria Geral (Sede/Brasília)  
CRH – Coordenação de Recursos Humanos  
CTI/DPF – Coordenação de Tecnologia da Informação (Sede/Brasília)  
DG – Direção Geral  
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal  
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial  
DN – Decisão Normativa  
DPF – Departamento de Polícia Federal  
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado  
DPF/GMI – Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO  
DPF/JPR – Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná/RO  
DPF/VLA – Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO  
DRE - Delegacia de Repressão a Entorpecentes  
IN – Instrução Normativa  
IPL – Inquérito Policial  
GRFIN - Grupo de Repressão a Crimes Financeiros  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
N/A – não aplicável  
N/D – não disponível  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PMA – Plano de Metas Anual  
PF – Polícia Federal  
PIB – Produto Interno Bruto  
Port. – Portaria  
PPA – Plano Plurianual  
RG – Relatório de Gestão  
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial  
SETEC - Setor Técnico-Científico  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SCPQ – Sistema de Controle de Produtos Químicos  
SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial  
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SINIC – Sistema Nacional de Informações Criminais  
SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos  
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SISCART – Sistema Cartorário  
SR/DPF/RO - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Rondônia  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária  
SR – Superintendência Regional  
DPF/VLA – Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO  
DPF/GMI – Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO  
DPF/JPR – Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná/RO

The image contains a large, semi-transparent watermark of the Polícia Federal logo. The logo features a central five-pointed star with a blue circle in the center containing a map of Brazil. The star is surrounded by a wreath of coffee and tobacco branches. Above the star is a banner with the word 'POLÍCIA' in white capital letters on a red background. Below the star is another banner with the word 'FEDERAL' in white capital letters on a red background. The entire logo is set against a light yellow and orange background.

## LISTA DE QUADROS

Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado .....	9
Quadro II - Macroprocessos conduzidos pela UJ .....	15
Quadro III - Demonstrativo da Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais .....	41
Quadro IV - Demonstrativo Tempo médio para Conclusão de Inquéritos Policiais .....	43
Quadro V - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ .....	45
Quadro VI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	51
Quadro VII - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação .....	52
Quadro VIII Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de movimentação – UG Tesouro....	53
Quadro IX - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de movimentação – UG Funapol....	53
Quadro X - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores .....	55
Quadro XI - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF) .....	56
Quadro XII - Despesas com Cartão de Crédito Corporativo .....	56
Quadro XIII - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e Cartão de Crédito Corporativo .....	57
Quadro XIV - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	57
Quadro XV - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	60
Quadro XVI - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	61
Quadro XVII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação em 31/12/12.....	61
Quadro XVIII – Custos de Pessoal. ....	62
Quadro XIX - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12/12 .....	63
Quadro XX - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	65
Quadro XXI - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....	66
Quadro XXII - Composição do Quadro de Estagiários .....	67
Quadro XXIII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	69
Quadro XXIV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros .....	69
Quadro XXV -Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ....	70
Quadro XXVI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	71
Quadro XXVII - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	73
Quadro XXVIII - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	74
Quadro XXIX - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV .....	75
Quadro XXX - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. ....	77

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.</b> .....	<b>9</b>
2.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA – RELATÓRIO CONSOLIDADO .....	9
2.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE .....	10
2.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....	12
2.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	15
2.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	18
2.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	19
<b>3 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.</b> .....	<b>20</b>
3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	20
3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	22
3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	23
3.4 INDICADORES .....	41
<b>4 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012</b> .....	<b>45</b>
4.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS .....	45
4.2 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	47
4.3 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU .....	48
<b>5 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.</b> .....	<b>50</b>
5.1 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA .....	50
5.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	51
5.1.2 Execução Orçamentária da Despesa .....	52
5.1.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação .....	52
5.1.2.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	52
5.1.2.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	53
5.1.2.1.3 Análise crítica.....	54
<b>6 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012</b> .....	<b>55</b>
6.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	55
6.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	55
6.1.2 Análise Crítica .....	55
6.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	56
6.2.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos .....	56
6.2.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	56
6.2.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) .....	56
6.2.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.....	57
6.2.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	57
6.2.1.5 Análise Crítica .....	57
<b>7 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.</b> .....	<b>60</b>
7.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS .....	60
7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	60
7.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	60
7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho .....	61
7.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade .....	61
7.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada .....	62
7.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	62
7.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	63
7.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	63
7.1.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	63
7.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS .....	65
7.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada .....	65
7.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	66
7.2.3 Composição do Quadro de Estagiários .....	67



<b>8</b>	<b>PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 .....</b>	<b>67</b>
8.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS .....	67
8.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	69
8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	69
8.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	69
8.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	70
<b>9</b>	<b>PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. ....</b>	<b>71</b>
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	71
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	73
<b>10</b>	<b>PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. ....</b>	<b>74</b>
10.1	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730/93 .....	74
10.1.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	74
10.1.2	Análise Crítica .....	74
	<b>DE ACORDO COM O CONTIDO NO § 3º DO ART. 1º DA PORTARIA INTERMINISTERIAL</b>	
	<b>MP/CGU Nº 298 ,DE 6 DE SETEMBRO DE 2007, “UMA VEZ AUTORIZADO O ACESSO À</b>	
	<b>DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA, NA</b>	
	<b>FORMA DE INCISO I DESTE ARTIGO, NÃO HAVERÁ NECESSIDADE DE RENOVAÇÃO</b>	
	<b>ANUAL”. PORTANTO, TODOS OS SERVIDORES NOMEADOS PARA CARGOS</b>	
	<b>COMISSIONADAS NO ÂMBITO DESTA UNIDADE, ASSINAM A AUTORIZAÇÃO DE</b>	
	<b>ACESSO À DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS E SUAS ALTERAÇÕES, SENDO,</b>	
	<b>PORTANTO, DESOBRIGADOS DE APRESENTÁ-LA AO FINAL DO EXERCÍCIO DE TAL</b>	
	<b>CARGO.....</b>	<b>74</b>
10.2	DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV .....	75
<b>11</b>	<b>PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. ....</b>	<b>76</b>
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS	
	NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO .....	76
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos .....	76
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
11.2.1	Declaração com Ressalva .....	77
<b>12</b>	<b>PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. ....</b>	<b>78</b>
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ .....	78
<b>13</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>86</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia (SR/DPF/RO), de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão normativa TCU nº 119 e 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

O conteúdo geral deste está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados na parte A (conteúdo geral) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012.

Os itens 5.1, 5.3, 5.5 e 10.1, Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, apesar de se aplicarem à natureza jurídica da Unidade, não ocorreram no período. Já os itens 3.1, 3.3, 5.6, 10.2, 11.3 a 11.6 da citada DN não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional.

Do Item 4, Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 estão contemplados neste Relatório as informações relativas aos quadros A 4.11, A 4.14 e A 4.15 da Portaria TCU nº 150/2012. Os demais quadros o item 4, Parte A (4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 4.8, 4.9, 4.10, 4.12 e 4.13) referem-se à execução de despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da LOA e não por movimentação, assim, apenas o órgão central e as unidades que se encontrem nessa situação deverão preenchê-los, não competindo, portanto a Superintendência Regional em Rondônia prestar tais informações.

As informações do quadro A 5.9 da Portaria TCU nº 150/2012 estão resguardadas por sigilo e não constarão do Relatório de Gestão desta SR e do órgão central, ficando, entretanto, à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega dos dados. Assim como os quadros A 6.1, A 6.4 e as informações constantes das alíneas “c” e “g” do item 7.1, da Portaria TCU nº 150/2012, estão resguardados por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242.

As informações dos quadros A.6.8, A 6.9, A 6.10, A 6.11, A 6.12 e A 6.13 serão consolidadas no Relatório de Gestão do órgão central, de modo que esta Superintendência não os apresentará neste. Já as informações do quadro A 6.14 não se aplicam ao DPF.

Em relação aos quadros A 6.15 e A 6.16 não inseridos neste em razão da inexistência no exercício de 2012 de autorização para realização de concurso público ou provimento adicional em busca da substituição de funcionários terceirizados no âmbito do Departamento de Polícia Federal.

O item 8.1, Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 apesar se aplicar à natureza da Unidade será avaliado pelo órgão central que centraliza as ações relativas à política de TI.

Não houve recomendações da Controladoria-Geral da União e/ou Tribunal de Contas da União para esta Unidade Jurisdicionada referente ao exercício sob análise.

O Estado de Rondônia, sob o ponto de vista policial, tem grande representatividade no tocante à repressão ao tráfico internacional de drogas e de armas, à repressão aos crimes ambientais, à ocorrência de conflitos agrários e à corrupção.

Sob o ponto de vista estratégico, o Estado de Rondônia se destaca pela grande extensão de áreas de preservação ambiental e áreas indígenas, foco de atenção junto ao Governo Federal, comunidade internacional e ONG's; fronteira com a Bolívia e; construções de duas das maiores obras do PAC - Santo Antônio e Jirau.

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/DPF/RO) está estruturada em quatro (4) Unidades Operacionais, composta por sua Sede, na capital, pelas Delegacias Descentralizadas no interior do Estado, localizadas em Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Vilhena, e por três (3) Postos Avançados, instalados em Pimenta Bueno, Pimenteiras e Espigão D'Oeste.

A área circunscricional do DPF em Rondônia além de incluir o Estado de Rondônia, atualmente com 52 (cinquenta e dois) municípios, responde também por grande parte da porção sul do Estado do Amazonas, municípios de Lábrea e Humaitá e o município de Rondolândia/MT, perfazendo uma área total de 351.809 km<sup>2</sup>, área esta superior aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo juntos, além de 1.342 quilômetros de fronteira com a Bolívia, país que figura entre os maiores produtores mundiais de pasta base de cocaína.

Quanto à gestão administrativa foram implementadas no âmbito desta Superintendência Regional as ações de Administração da Unidade, Reforma, Modernização, Construção e Ampliação de Unidades da PF em Rondônia, assim como ações de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

As unidades operacionais do DPF em Rondônia são consideradas de difícil provimento, podendo ser constatada uma significativa mobilidade unidirecional de seus servidores (região de fronteira → região central).

No tocante a gestão operacional, a Polícia Federal em Rondônia objetivando o cumprimento dos Programas de Governo Federal de Prevenção e Repressão à Criminalidade e de Segurança Pública com Cidadania, através de suas Delegacias e Núcleos Especializados, de suas Descentralizadas e Operações Permanentes desenvolvidas no Estado, envidou todos os esforços no alcance das melhores condições de trabalho, eficiência e qualidade em suas ações contra o crime organizado, as quais trouxeram resultados positivos à sociedade como um todo.

Dentre as principais realizações merecem destaque a estratégia contínua para redução da quantidade de inquéritos policiais em andamento, como forma de reduzir a carga de trabalho dedicada na condução desses, onde o volume de IPL's está gradativamente alcançado o ideal, o que possibilita maior dedicação às ações investigativas de maior potencial ofensivo, especialmente no combate à corrupção e desvio de recursos públicos.

A presença da PF no interior do Estado de Rondônia, através de suas Delegacias Descentralizadas e dos Postos Avançados, Bases das Operações Permanentes, se manteve em bom nível.

A manutenção das **Operações permanentes: ROOSEVELT** que coíbe a extração de recursos naturais da reserva indígena dos índios Cinta Larga, rica em madeira e minérios, através da fiscalização do entorno desta reserva e na preservação da terra indígena; **ARCO DE FOGO** com foco na fiscalização e repressão a crimes ambientais cometidos nas áreas de preservação ambiental, **DEFESA DA VIDA** que atua rapidamente nas situações de conflitos agrários e investigações e; **SENTINELA** que atua no combate ao tráfico ilícito de entorpecentes, aumentando a presença ostensiva do Estado, tem resultado em maior percepção de segurança à sociedade, inibindo ações criminosas.

Dentre as Operações de grande vulto e visibilidade deflagradas em 2012, destacamos: **Operações PRETORIUM I e II** e as **Operações VÓRTICE e ENDEMIA** (corrupção e desvio de recursos públicos), **Operação METAMORFOSE** (furto aos Correios e estelionato) **Operação VOTO LIVRE** (crime eleitoral) **Operação PANACÉIA** (fraude a concursos e vestibulares), **Operação RIO DE OURO** (extração ilegal de ouro e inserção do metal no sistema financeiro), dentre outras.

As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram em geral na insuficiência do seu efetivo. O quadro de servidores administrativos reduz-se ano após ano diante das aposentadorias e vacâncias. Há anos não se realiza concurso público específico para as carreiras administrativas da PF. No tocante ao **efetivo policial** os problemas enfrentados foram de diversas ordens: Redução gradativa do efetivo (Concurso de Remoção, Remoções Ex-ofício, Acompanhamento de Cônjuge, Doenças de Familiares, etc.), o movimento reivindicatório, no segundo semestre de 2012, realizados por agentes, escrivães e papiloscopistas e redução do nível motivacional entre os DPF's, EPF's e PCF's, pela indefinição sobre a realização de novo concurso público. Para todas as categorias da Polícia Federal, a indefinição acerca do Adicional de Fronteira tem contribuído negativamente no tocante ao quantitativo do efetivo.



Referido adicional poderá contribuir para fixar os servidores em lotações consideradas de difícil provimento.

No desenrolar do presente Relatório pretende-se demonstrar os resultados alcançados pela Polícia Federal em Rondônia, por meio da atuação dessa Unidade Gestora, bem como as dificuldades vivenciadas no mister, buscando sempre atender os anseios sociais na área de segurança pública.

Ações destinadas à melhoria das condições de trabalho dos servidores da PF/RO também foram implementadas, contribuindo sobremaneira para o alcance dos objetivos desta UJ.

Para 2013 pretende-se aprimorar a efetividade das ações de fiscalização, intensificar o patrulhamento fluvial em conjunto com a Marinha do Brasil e ampliar a troca de informações entre os órgãos de inteligência.

## 2 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

### 2.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório Consolidado

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação				
<b>Poder:</b> Executivo				
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça				<b>Código SIORG:</b> 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
<b>Denominação Completa:</b> Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia				
<b>Denominação Abreviada:</b> Polícia Federal em Rondônia				
<b>Código SIORG:</b> 1156		<b>Código LOA:</b> Não se aplica		<b>Código SIAFI:</b> 200378
<b>Situação:</b> Ativa				
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			<b>CNPJ:</b> 00.394.494/0038-28	
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública				<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>		(069) 3216-6200	(069) 3216-6202	(069) 3216-6205
<b>Endereço Eletrônico:</b> gab.srro@dpf.gov.br				
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>				
<b>Endereço Postal:</b> Av. Lauro Sodré, 2905 Bairro Nacional CEP 76.803-490 Porto Velho/RO				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia	00.394.494/0038-28	200379	Ativa	1156
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
<b>Atribuições e competências:</b> Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.				
<b>SR/DPF/RO:</b>				
- Dec. 77.649, de 19/05/76, DOU. 097, de 20/05/76				
- Transformada em Superintendência pela: Portaria 039, de 17/03/75, BS. 052, de 18/03/75				
<b>Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL:</b>				
- Lei Complementar n° 89, de 18/02/1997				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
- Decreto n° 6.061, de 15.03.2007.				
- Portaria n° 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.				
- Instrução Normativa n° 13/DG/DPF, de 15/06/2005 (competências e atribuições das Unidades do DPF), alterada pela IN n° 17/08-DG/DPF; alterada pela IN n° 39/2010 DG/DPF);				
- Portaria n° 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.				

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srro), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200378	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia (Tesouro)
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200379	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia (Funapol)
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200378	00001
200379	00001

## 2.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da Administração Direta do Governo Federal.

A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional do DPF em Rondônia.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mais especificamente, a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra a comunidade indígena, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros. E ainda, o Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº

10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964) e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

O Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL foi instituído pela Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, e tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a aparelhar o Departamento de Polícia Federal e a manter suas atividades essenciais e competências típicas.

Conforme o Decreto 2381 de 12 de Novembro de 1997, os recursos do FUNAPOL são aplicados em ações de modernização, aparelhamento e operacionalização das atividades do DPF, na construção/reforma/revitalização de suas edificações, na formação de seus quadros e na participação em eventos técnico-científicos de interesse policial, no custeio de despesas com transporte, hospedagem e alimentação de servidores policiais em missão, dentre outras aplicações.

De acordo com o artigo 20 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, compete às Superintendências Regionais, nas áreas de sua atuação, entre outras atribuições: I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais; III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, a fim de subsidiar o planejamento operacional das Unidades Centrais; IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

As Superintendências Regionais subordinam-se administrativamente ao Diretor-Geral e vinculam-se técnica e normativamente às Unidades Centrais. Assim, a Superintendência Regional do DPF em Rondônia exerce todas as atividades supracitadas, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

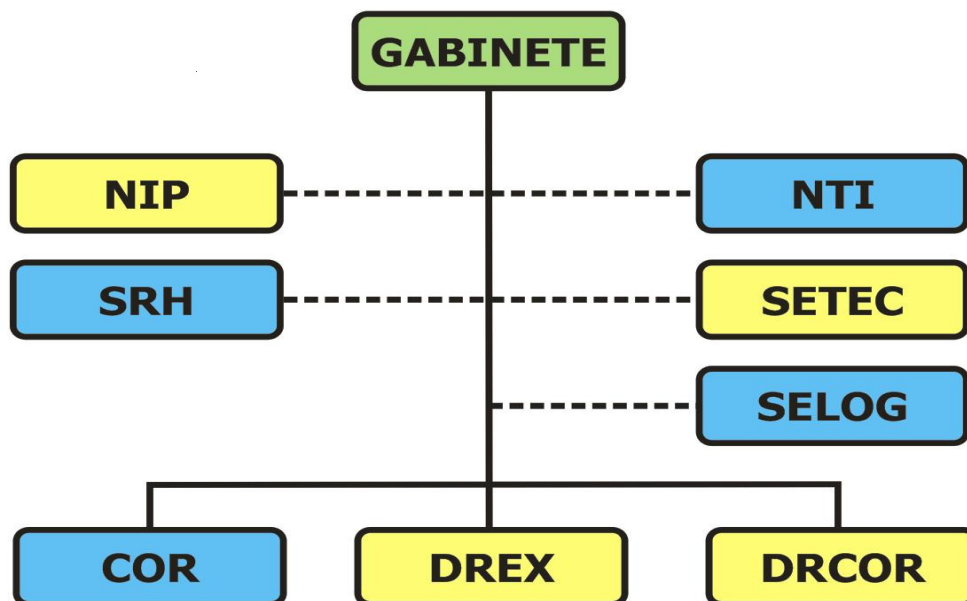
---

## 2.3 Organograma Funcional

---

Para atender suas atribuições previstas em lei, a SR/DPF/RO além de sua Sede em Porto Velho, conta com três (3) Descentralizadas (Delegacias em Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Vilhena) e três (3) Postos Operacionais - um (1) em Pimenta Bueno (OPERAÇÃO ROOSEVELT), um (1) em Espigão D' oeste (OPERAÇÃO ARCO DE FOGO) e o último em Pimenteiras (OPERAÇÃO SENTINELA), estrategicamente posicionados na sua área de atuação.

Os setores que coordenam os macroprocessos no âmbito desta UJ estão citados a seguir, competindo-lhes:



### a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO

Produzir conhecimentos de inteligência policial; manter canal de comunicação institucional com os órgãos de inteligência locais do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; cumprir as determinações contidas nos Planos de Inteligência do DPF; elaborar análises sobre a incidência criminal; executar operações policiais; registrar o recebimento e a expedição de documentos sigilosos, com protocolo específico para controlá-los; cumprir as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais, referentes às atividades de criptografia; solicitar medidas referentes à contra inteligência policial; proceder a investigações de segurança dos servidores designados para atividades de inteligência, bem como dos prestadores de serviços contratados a qualquer título e à investigação social e funcional de candidatos de concursos públicos para ingresso nas categorias funcionais da Carreira Policial Federal.

### b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO

Executar, orientar, acompanhar, controlar, promover e fiscalizar as atividades relacionadas à implementação, ao funcionamento e à manutenção, o emprego dos recursos dos sistemas de telecomunicações e informática, em cumprimento as normas e diretrizes relativas emanadas das unidades centrais; fiscalizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática e de telecomunicações; efetuar os remanejamentos da infraestrutura e componentes da rede de



telecomunicações e informática, bem como a manutenção e suporte técnico da rede DPFNet; prestar apoio técnico em telecomunicações e informática no desenvolvimento de operações policiais, na área de atuação da Superintendência; propor o orçamento de suas atividades, executando-o de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos.

#### **c) Setor de Recursos Humanos – SRH**

##### **COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO**

Executar, orientar e fiscalizar as atividades de administração de recursos humanos em cumprimento as normas e diretrizes vigentes; executar e controlar os assentamentos individuais referentes à frequência, registros de lotação, horas trabalhadas e férias; propor e implementar a melhoria de técnicas e instrumentos de gestão de pessoal, objetivando reduzir custos e racionalizar rotinas e processos de trabalho; atualizar, controlar e manter os registros de lotação real e efetiva; expedir declarações funcionais; elaborar, compatibilizar e atualizar o Plano de Férias; organizar, controlar e atualizar o mapa demonstrativo da lotação do pessoal.

#### **d) Setor Técnico-Científico – SETEC**

##### **COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO**

Planejar, controlar, orientar e avaliar a execução das ações periciais, propondo conforme o caso medidas para o seu aperfeiçoamento; colaborar com os Institutos locais de Criminalística e de Identificação; promover o desenvolvimento de projetos, atividades de estudos e pesquisas no campo da criminalística e da identificação papiloscópica; propor, participar da elaboração e fiscalizar a execução de convênios e contratos com órgãos e entidades congêneres; organizar, controlar e manter registros de dados e impressões digitais de pessoas indiciadas em inquéritos policiais ou acusadas em processos criminais no território nacional e de estrangeiros sujeitos ao registro no País, bem como os registros dos servidores lotados na SR; expedir, organizar e manter o acervo de laudos e outros documentos.

#### **e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG**

##### **COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO**

Elaborar a proposta orçamentária, acompanhar e promover a execução orçamentária e financeira, bem como fiscalizar seus atos, de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos; promover estudos e proposições de pedidos de recursos orçamentários; planejar, controlar e promover a execução das atividades administrativas e de apoio logístico; orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes emanadas das unidades centrais; propor e implementar a melhoria de métodos e técnicas administrativas, objetivando a previsão de despesas, estimativa e atualização de custos, bem como a racionalização e simplificação de rotinas e processos de trabalho; elaborar propostas e subsidiar estudos tendo em vista a instalação, transferência, ativação e desativação de unidades; propor a suplementação de créditos. Este Setor é composto por:

1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF; 2. Núcleo Administrativo – NAD; 3. Núcleo de Transportes - NUTRAN; 4. Comissão Permanente de Licitação – CPL; 5. Gestão de contratos – GCONT; 6. Conformista de Gestão.

#### **f) Delegacia Regional Executiva – DREX**

##### **COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO**

Propor diretrizes, planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas aos crimes de sua atribuição; controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas; acompanhar, controlar e executar as atividades de segurança física das instalações da Superintendência; homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de

polícia judiciária; controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais; elaborar as escalas, coordenar e controlar o serviço de plantão; promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição. Esta Delegacia é composta por:

1. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ;
2. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP
3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
4. Núcleo de Operações – NO
5. Grupo de Identificação – GID.

#### **g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR**

##### **COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO**

Propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas financeira, patrimonial, tráfico e comércio ilícito de armas, tráfico e comércio ilícito de entorpecentes e drogas afins, planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas de imigração, previdenciária, fazendária, defesa institucional e de meio ambiente e patrimônio histórico; planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais; controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas; controlar a guarda, a destinação, a utilização e a conservação de bens apreendidos nas operações policiais de sua atribuição, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens; consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual da Superintendência; controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade; promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição. Esta Delegacia é composta por:

1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT;
2. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
3. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST
7. Núcleo de Cartório – NUCART.

#### **h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR**

##### **COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO**

Distribuir expedientes com vistas à instauração de IPL contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER; planejar e executar o Plano de Correições; decidir sobre conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais; promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial; determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas; controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo; decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolvam infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência; submeter o Relatório de Correições e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER; promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição.

1. Núcleo de Disciplina – NUDIS; e
2. Núcleo de Correições – NUCOR.

### 2.3.1 – Identificação dos Macroprocessos conduzidos pela UJ

QUADRO II - MACROPROCESSOS CONDUZIDOS PELA UJ

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS <sup>1</sup>	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

## 2.4 Macroprocessos Finalísticos

### 2.4.1 Núcleo de Inteligência Policial - NIP

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional

<sup>1</sup> Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal

## 2.4.2 Delegacia Regional Executiva – DREX

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.



Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e aos direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à Testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.

### 2.4.3 Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR

#### IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS

#### PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO

Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.

### 2.4.4 Setor Técnico Científico - SETEC

#### IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS

#### PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO

Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.
----------------	--

---

---

## 2.5 Macroprocessos de Apoio

---

---

### 2.5.1 Setor de Recursos Humanos - SRH

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

### 2.5.2 Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

### 2.5.3 Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

### 2.5.4 Corregedoria Regional da Polícia Federal - COR

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados às inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária.

---

## 2.6 Principais Parceiros

---

A Superintendência Regional em Rondônia no desenvolvimento de suas atividades, mantém estreita relação com outros órgãos das esferas Federal, Estadual e Municipal, como forma de otimizar seus recursos, usufruindo das expertises de cada um. Em especial destaca-se a relação entre os órgãos de inteligência com a realização de parcerias e interação com outras instituições públicas, como Força Nacional, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas, ABIN e integração à Rede de Controle e Combate à Corrupção e desvio de verbas públicas, juntamente com integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Tribunal de Contas da União, Procuradoria da República no Estado de Rondônia, Ministério Público do Estado de Rondônia, Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União e Receita Federal do Brasil.

Integra também o plano de ação desta Superintendência a busca constante de avanços nas diversas áreas especializadas envolvidas nas investigações e atividades desempenhadas por esta UJ.



### **3 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**

#### **3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada**

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Isto decorre do entendimento que, no contexto da Segurança Pública, as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, o que demanda das instituições que atuam nessa arena de intenso desenvolvimento a utilização de instrumentos que apoiem escolhas racionais e que forneçam confiança e conhecimento dos fatos.

Dessa forma, por meio de metodologia científica, procura-se determinar futuros probabilísticos de maior generalidade criando cenários – histórias sobre a forma que o mundo pode assumir –, sejam eles possíveis, realizáveis ou desejáveis.

Sabe-se que o futuro da criminalidade brasileira não pode ser predito, mas as ameaças e pontos fracos que ela traz consigo podem ser estudados e entendidos, e, com base em tais considerações, estratégias e políticas podem se formuladas para influenciar os eventos que virão no sentido de minimizar seus impactos sobre a sociedade, ou até extingui-los. Isto, posto, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010, o planejamento estratégico da Polícia Federal pôde ser representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:

- I – Histórico;
- II – Negócio;
- III – Missão;
- IV – Visão;
- V – Valores;
- VI – Fatores Críticos de Sucesso;
- VII – Políticas Corporativas;
- VIII – Macro Objetivos;
- IX – Objetivos Institucionais; e
- X – Ações Estratégicas.

- Portfólio Estratégico, composto de:

- I – Objetivos Institucionais; e
- II – Ações Estratégicas.

- Mapa Estratégico, composto de:

- I – Missão;
- II – Visão;
- III – Perspectivas;
- IV – Macro Objetivos;
- V – Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores;
- VI – Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

A atuação desta Unidade Jurisdicionada está alinhada ao atendimento da MISSÃO do Departamento de Polícia Federal que é: “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no Estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária”.

Todo o trabalho é realizado para que seja possível, dentro dos prazos previstos, atingir o objetivo de gestão, resumido na VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os Estados soberanos, como



valores fundamentais da dignidade humana” e vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros disponíveis ao cumprimento de sua missão.

Para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico do DPF:

**a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica**

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

**b) Valorizar o Servidor**

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

**c) Reduzir a Criminalidade**

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

**d) Promover a Cidadania**

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

**e) Incrementar os Acordos e Parcerias**

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

**f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais**

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

**g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação**

Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

**h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico**

A dinâmica das atividades policiais, por suas particularidades e especialmente pelo princípio da oportunidade, tem suas atividades direcionadas, em grande parte e independentemente de um plano pré-estabelecido, pela ocorrência dos crimes e pela descoberta de novos indícios que terminam por determinar os rumos a serem dados às investigações a partir de então. Para melhor direcionar os esforços e priorizar os recursos desta UJ de modo a atender aos objetivos institucionais da instituição e aproveitar ao máximo as oportunidades surgidas com as denúncias recebidas e as investigações levadas a cabo, identificou-se como necessário priorizar a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros em investigações focadas nos crimes de maior potencial ofensivo, sendo esta a linha mestra que guiou a SR/DPF/RO e suas Delegacias Descentralizadas ao longo de 2012.

Tal estratégia mostra-se compatível e adequada também com o cenário de redução gradual de efetivo que tem ocorrido ao longo dos últimos anos, o que torna ainda mais importante a implementação de ações gerenciais destinadas à racionalização do uso dos recursos humanos disponíveis.

A SR/DPF/RO no âmbito de suas ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, bem como ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, com o objetivo de fornecer informações qualitativas e quantitativas sobre as ações realizadas, contribuindo para a maior transparência da atuação desta UJ, divulga por este instrumento as aplicações e resultados alcançados mediante a descentralização

dos recursos orçamentários pelo órgão central, por meio dos **PROGRAMAS TEMÁTICOS: 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e 2070 - Segurança Pública com Cidadania** e os relacionados aos **PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça.**

### 3.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

A partir da indicação dos objetivos estratégicos apresentados pela Direção-Geral do DPF esta Regional realizou diversas reuniões com as chefias visando indicar as melhores práticas para alcance desses objetivos. Evidenciou-se como principal estratégia para o alcance dos objetivos definidos:

- A redução seletiva do número de procedimentos investigativos em andamento, expurgando aqueles que se arrastavam há anos, de baixo potencial ofensivo e sem perspectiva de sucesso.
- Uma seleção criteriosa das novas denúncias de crimes, identificando aquelas que, após investigação preliminar, apontavam para um maior potencial ofensivo, que deveriam resultar em instauração de IPL's.

Como se poderá constatar ao longo deste Relatório de Gestão, cada Delegacia (Especializada e Descentralizada), direcionou suas atividades ao longo do ano, de modo a alcançar resultados qualitativos mais expressivos, mesmo diante de um contexto de recursos humanos racionalizados.

Os Inquéritos Policiais representam de maneira sintética, a materialização do esforço policial voltado para a investigação realizada com o objetivo de individualizar a materialidade e a autoria dos diversos crimes de responsabilidade da Polícia Federal. A análise da evolução destes importantes procedimentos é uma das maneiras de se mensurar os resultados desenvolvidos pelo órgão ao longo dos anos.

Desde 2010, a PF em Rondônia leva a cabo a estratégia de reduzir o nº de IPL's em andamento para dedicar maior parte de seus recursos, humanos e logísticos, nas atividades investigativas ligadas a Operações em andamento, focadas nos crimes de maior potencial ofensivo.

A redução do número de IPL's em andamento realiza-se através de distintas linhas de ação:

- Aprimorar o filtro acerca das notícias de crimes recebidas, realizando investigações preliminares que permitam avaliar com mais critério acerca da possível veracidade da denúncia e, somente nestes casos, instaurado o IPL;
- Com apoio do Ministério Público e Justiça, dá-se celeridade aos procedimentos acerca dos IPL's já instaurados há mais de 3 anos e os de menor potencial ofensivo.

Analise Geral dos IPL's em Rondônia

ANO	2010			2011			2012		
	Instaurados	Relatados	Em Andamento	Instaurados	Relatados	Em Andamento	Instaurados	Relatados	Em Andamento
SR/DPF/RO	725	1.165	1.066	489	841	665	604	546	737
DPF/JPN/RO	278	454	416	186	437	149	204	181	178
DPF/GMI/RO	117	159	110	75	98	74	92	72	105
DPF/VLA/RO	194	257	293	215	230	278	204	191	295
TOTAL	1.314			965			1.104		
		2.035			1.606			990	
			1.885			1.166			1.315

Tal estratégia tem servido inclusive para minimizar os impactos negativos que a redução continuada do efetivo, policial e administrativo, possa ocasionar no desenvolvimento de suas atividades.

Depreende-se assim que a Polícia Federal em Rondônia desenvolveu um mecanismo eficaz, que otimiza os recursos pessoais, materiais e financeiros oferecendo em contrapartida a resposta mais adequada à sociedade.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias nos postos de fronteira e no atendimento a estrangeiros. Prosseguiu-se a campanha do desarmamento, sendo recebidos diversos tipos de armas e realizados cadastros e confecções de registros e portes.

Assim, temos evidente que o plano de ação desta Regional é plenamente positivo e eficiente face os objetivos delineados.

---

### **3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações**

---

Não há por parte do órgão central a regionalização das metas físicas e financeiras por Unidade Gestora, portanto, para melhor controle da eficácia e efetividade quanto à execução dessas metas, faz-se necessária a difusão no âmbito do Ministério da Justiça e conseqüentemente da Polícia Federal as metas por exercício, de forma a desenvolver uma avaliação com maior consistência e promover a participação das principais partes envolvidas, visando efetivo planejamento, acompanhamento, controle e execução dos produtos das ações e de seus programas de governo, possibilitando a verificação dos índices de execução física e o exame do grau de contribuição desses produtos à consecução dos objetivos dos programas.

A gestão de bens de interesses públicos impõe, como decorrência natural da condição, a prestação de contas dos atos praticados. Nesse sentido, a prestação de contas mediante este Relatório de Gestão possui sentido amplo, devendo ser vista ou entendida como demonstração quantitativa e qualitativa do manuseio de recursos públicos e seus resultados.

Nesse diapasão, os resultados apresentados por esta Unidade se comparados aos benefícios à sociedade em contrapartida aos recursos aplicados, correspondem às atividades desenvolvidas por todos os servidores, policiais e administrativos, em cada uma de suas Delegacias Descentralizadas, Setores especializados, Delegacias e Núcleos Especializados e das Operações Permanentes da PF neste Estado. Por tal razão, é importante conhecermos, ao menos em modo sintético, as realizações e as dificuldades enfrentadas por todos aqueles que contribuíram para o resultado global desta UJ.

As informações a seguir versam sobre os resultados provenientes da implementação dos Programas e Ações de Governo com recursos aplicados nesta Unidade em 2012, incluídos os demonstrativos orçamentários e financeiros dos valores referente a todas as ações desenvolvidas nos diversos Setores, Núcleos, Delegacias Especializadas e Descentralizadas desta Regional, conferindo maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais.

#### **3.3.1 Execução dos PROGRAMAS TEMÁTICOS**

##### **3.3.1.1 Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.**

**Objetivo Geral:** Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça

**Objetivos Específicos:** Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.

Em 2012 a PF em Rondônia relatou 990 Inquéritos Policiais instaurados entre os anos de 2005 a 2012. Cerca de 9% desses IPL's foram instaurados há mais de 3 anos.

**IPL's relatados em 2012 - Número de Inquéritos**

Ano de Instauração	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	TOTAL
SR/DPF/RO	235	198	60	28	24	0	1			546
DPF/JPN/RO	110	35	26	4	5	1	0	0	0	181
DPF/GMI/RO	49	15	5	1	1	1	0	0	0	72
DPF/VLA/RO	77	75	13	16	8	1	0	1	0	191
<b>TOTAL</b>	<b>471</b>	<b>323</b>	<b>104</b>	<b>49</b>	<b>38</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>990</b>

**IPL's relatados em 2012 - Percentual de Inquéritos por ano de Instauração**

Ano de Instauração	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	
SR/DPF/RO	43%	36%	11%	5%	4%	0%	0%	0%	0%	100%
DPF/JPN/RO	61%	19%	14%	2%	3%	1%	0%	0%	0%	100%
DPF/GMI/RO	68%	21%	7%	1%	1%	1%	0%	0%	0%	100%
DPF/VLA/RO	40%	39%	7%	8%	4%	1%	0%	1%	0%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>48%</b>	<b>33%</b>	<b>11%</b>	<b>5%</b>	<b>4%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>

No ano de 2012 houve a instauração de 1.104 IPL's, sendo 471 relatados ao longo do próprio ano(43%).

Em 31/12/2012, permaneciam ainda em andamento 1.315 IPL's.

LOCAL	IPL's relatados em 2012 QUANT.	IPL's instaurados em 2012 QUANT.	Taxa de Conclusão de Inquéritos %	IPL's em Andamento em 31/12/2012 QUANT.
SR/DPF/RO	546	604	90%	737
DPF/JPN/RO	181	204	89%	178
DPF/GMI/RO	72	92	78%	105
DPF/VLA/RO	191	204	94%	295
<b>TOTAL</b>	<b>990</b>	<b>1104</b>	<b>90%</b>	<b>1315</b>

*Taxa de Conclusão = percentual entre Inquéritos relatados e Instaurados*

A Taxa de Conclusão de Inquéritos em 2012 foi cerca de 90% (superior ao objetivo institucional de 80%), menor que a obtida em 2011 (173%), devido principalmente às questões relacionadas à diminuição do efetivo e outras.

**a) Projeto/Atividade 14M4 - Ações de Segurança Pública, a cargo da Polícia Federal, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20.**

O valor executado nesta ação foi de R\$ 285.099,50 (duzentos e oitenta e cinco mil noventa e nove reais e cinquenta centavos), conforme detalhamento a seguir.

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
FUNAPOL	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	229.520,91	229.520,91	0,00
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	55.578,59	55.578,59	0,00



A Polícia Federal em Rondônia integrou o Projeto 14M4 com envio de 42 policiais federais que desempenharam as atividades, a seguir:

- Segurança a comitivas internacionais (Armênia, Myanmar, Sudão do Sul, Turquia, Nepal, Estônia, Vanuatu e Malásia);
- Formação de equipe de segurança fixa nos locais frequentados pelas autoridades;
- Realização de operações de Polícia Marítima (Baía de Guanabara, Aeroporto Santos Dumont e Marina da Glória) e de segurança aeroportuária (Aeroporto Internacional do Galeão).

### 3.3.1.2 – Do Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania

#### a) 8375 - Campanha do Desarmamento

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
TESOURO	339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	200,00	100,00	100,00

A Polícia Federal, em todos os Estados da Federação é a executora da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização de caráter permanente. Esta ação visa precipuamente o pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, especialmente a conscientização de que um dos melhores caminhos para diminuição da violência no país está relacionado à diminuição da quantidade de armas em circulação.

Foram arrecadadas no âmbito da SR/RO pelo recolhimento voluntário em 2012, **36 armas de fogo**. E o valor executado nesta ação corresponde a 2 (duas) indenizações por entrega de arma de fogo, referente a despesas de exercícios anteriores.

#### b) 14LI - Ações Preventivas Associadas à Segurança Pública

O valor executado nesta ação foi de R\$ 13.993,04 (treze mil novecentos e noventa e três reais e quatro centavos) e referem-se a despesas com diárias e passagens para capacitação de 4 (quatro) policiais no Curso de Segurança a Dignitários em Caxias do Sul.

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
TESOURO	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	5.993,04	5.993,04	0,00
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	8.000,00	0,00	8.000,00

#### c) 20IC - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
FUNAPOL	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	31.698,58	31.698,58	0,00

A **Operação SENTINELA**, criada com o propósito de desenvolver atividades operacionais de controle, fiscalização e inteligência policial, em conjunto com outros órgãos, com vistas a aprimorar a prevenção e repressão aos crimes transnacionais ao longo da fronteira brasileira, teve destacada atuação no Estado de Rondônia. Dentre as principais ações desenvolvidas ao longo do ano destacam-se:

- Ampliação do intercâmbio de informações de inteligência com outros órgãos e agências, nacionais e dos países vizinhos;
- Fiscalização de embarcações, veículos e pessoas que trafegam pelas fronteiras visando reprimir as diversas tipologias de crimes;
- Coleta de dados e informações úteis às atividades de inteligência;
- Execução de atividades específicas para apreensão de produtos ilícitos e prisão de criminosos.

**d) 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros Estrangeiros**

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
TESOURO	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.858,00	0,00	12.858,00

A **Delegacia de Imigração – DELEMIG/DREX/SR/RO** e os **Núcleos de Imigração – NUMIG nas Descentralizadas** têm aprimorado constantemente seus processos internos de modo a atender com celeridade a demanda da sociedade rondoniense.

Em 2012 foram emitidos 5.762 **passaportes**, expedidas 919 **Carteiras de Identidade** para Estrangeiros Permanentes, além de centenas de outros atendimentos diversos, principalmente na Delegacia de Guajará-Mirim/RO, posicionada estrategicamente na fronteira com a Bolívia onde existe um fluxo elevado e constante de pessoas transitando entre ambos os Países. Cabe ressaltar que contabilizamos sensível aumento no quantitativo de procedimentos de migração, devido ao grande fluxo de haitianos que adentraram ao País em 2011 e 2012 e à abertura oficial da rota do Pacífico, que tem ampliado sobremaneira a presença de estrangeiros nesse Estado.

Os valores investidos nesta ação correspondem à aquisição de computadores para substituição dos equipamentos do SERPRO, atividades do PROMASP.

Para 2013 pretende-se dar continuidade aos trabalhos de atendimento à sociedade, buscando continuamente a melhoria dos processos internos.

UNIDADE	INQUÉRITOS DE EXPULSÃO		PASSAPORTES EMITIDOS					
	IPL's Instaurados	IPL's Relatados	Expedidos	Expedidos com taxa em dobro	Inutilizados	Cancelados	Cancelados por erro de ofício	Arrecadação de taxas de passaportes R\$
SR/DPF/RO	-	-	1.879	58	-	105	6	311.359,65
DPF/JPN/RO	4	2	2.548	115	10	54	10	447.543,17
DPF/VLA/RO	5	5	1.123	N/D	N/D	138	3	N/D
DPF/GMI/RO	1	-	212	-	-	2	-	36.052,17
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>5.762</b>	<b>173</b>	<b>10</b>	<b>299</b>	<b>19</b>	<b>794.954,99</b>

## MIGRAÇÃO

UNIDADE	Pedidos Permanência com base em casamento (reunião familiar)	Expedição CIE's Temporários	Expedição CIE's Permanentes	Registro de Temporários (especificar tipo)	Registro de Permanentes	Prorrogação Prazo Permanência Turistas	Prorrogação Prazo Temporário	Recadastramento	Pedido Naturalização
SR/DPF/RO	45	-	721	-	721	151	-	13	8
DPF/JPN/RO	44	9	97	97	96	39	-	-	2
DPF/VLA/RO	29	2	45	2	45	16	-	3	4
DPF/GMI/RO	19	49	56	-	36	1	24	27	6
<b>TOTAL</b>	<b>137</b>	<b>60</b>	<b>919</b>	<b>99</b>	<b>898</b>	<b>207</b>	<b>24</b>	<b>43</b>	<b>20</b>

UNIDADE	Registro Provisório (Acordo Brasil / Bolívia)	Registro de entrada de estrangeiro	Registro de saída de estrangeiro	Registro de entrada de brasileiro	Registro de saída de brasileiro	Auto Infração multa não recolhida	Auto Infração multa recolhida	2ª Via de CIEP	Arrecadação de multa R\$
SR/DPF/RO	-	119	119	-	-	-	31	7	11.575,74
DPF/JPN/RO	-	-	-	-	-	-	14	1	7.995,78
DPF/VLA/RO	4	26	9	-	2	-	6	5	2.102,59
DPF/GMI/RO	91	2.910	2.680	2.004	3.336	40	52	5	9.361,66
<b>TOTAL</b>	<b>95</b>	<b>3.055</b>	<b>2.808</b>	<b>2.004</b>	<b>3.338</b>	<b>40</b>	<b>103</b>	<b>18</b>	<b>31.035,77</b>

### e) 2679 - Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos

O valor executado nesta ação foi de R\$ 153.343,99, vejamos.

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
FUNAPOL	339030	MATERIAL DE CONSUMO	99.616,21	99.616,21	0,00
	339039	SERVICOS DE TERCEIROS PJ	4.590,00	4.590,00	0,00
TESOURO	339030	MATERIAL DE CONSUMO	49.137,78	0,00	49.137,78

Essa ação tem por finalidade promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, não permitindo seu uso na produção de drogas.

A Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ/DREX/SR/RO e os Núcleos de Controle de Armas e Produtos Químicos nas Delegacias Descentralizadas, responsáveis pelo controle de armas e produtos químicos, efetuaram o registro de **1.131 novas**

**armas**, deferiram 18 autorizações e indeferiram 28 para porte de armas. No tocante aos produtos químicos, foram renovadas 87 licenças de atividade e autorizados 60 processos de exportação. O reduzido efetivo, policial e administrativo, tem dificultado as atividades de fiscalização junto às empresas que atuam nesse ramo.

Como ferramenta de controle nacional temos o SCPQ, sistema informatizado para o controle nacional dos precursores químicos, que interliga as 27 Superintendências da Polícia Federal e as 54 Unidades Descentralizadas existentes no país. Referido sistema permite que as indústrias químicas obtenham certificados de licença de funcionamento e mantenham atualizadas as informações sobre a fabricação, transporte e comercialização dos seus produtos. A Polícia Federal, por sua vez, dispõe de dados e estatísticas sobre as atividades da indústria química e os atos ilícitos referentes a precursores químicos. Adicionalmente, esse sistema permite que toda a documentação de controle referente à indústria química sejam obtida on-line, reduzindo a burocracia e os custos administrativos das empresas.

Seguem adiante quadros que consolidam as atividades no controle de produtos químicos no âmbito da SR/DPF/RO, incluídas suas Descentralizadas (interior), bem como comparativo aos dois exercícios anteriores.

#### ATIVIDADES SCPQ

UNIDADE	Empresas Fiscalizadas	Solicitação Cadastro e Licença	Renovação de Licença	Autorização prévia Exportação	Arrecadação Taxa de Cadastro - R\$	Arrecadação Taxa de Licenças - R\$
SR/RO	-	14	42	60	5.600,00	29.250,00
DPF/JPN/RO	-	7	35	-	3.800,00	32.500,00
DPF/GMI/RO	-	4	-	-	3.000,00	1.000,00
DPF.VLA/RO	1	2	10	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>27</b>	<b>87</b>	<b>60</b>	<b>12.400,00</b>	<b>62.750,00</b>

#### COMPARATIVO ATIVIDADES SCPQ ANOS 2012, 2011 e 2010

UNIDADE	Empresas Fiscalizadas	Solicitação Cadastro e Licença	Renovação de Licença	Autorização prévia Exportação	Arrecadação Taxa de Cadastro - R\$	Arrecadação Taxa de Licenças - R\$
2012	1	27	87	60	12.400,00	62.750,00
2011	-	20	54	62	7.500,00	35.100,00
2010	29	24	37	77	9.600,00	40.100,00

#### ATIVIDADES SINARM

UNIDADE	Apreensões	Furtadas / Roubadas	Perdidas	Devolvidas / Recuperadas	Apostiladas no Exército	Encaminhadas ao SFPC	Transferidas	Entregues para Indenização	Portes	Registros
SR/RO	14	120	20	-	90	15	67	10	13	659
DPF/JPN/RO	1	14	8	-	7	5	20	18	-	222
DPF/GMI/RO	-	3	-	-	-	4	-	1	-	1
DPF.VLA/RO	2	14	-	-	-	48	27	7	5	248
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>151</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>97</b>	<b>72</b>	<b>114</b>	<b>36</b>	<b>18</b>	<b>1.130</b>

**ATIVIDADES SINARM – complementar**

UNIDADE	Autorização de Trânsito	Portes Deferidos	Portes Indeferidos	Registros Deferidos	Registros Indeferidos	Registros de Armas Expedidos	Autorização compra Arma de fogo	Autorização Transferência Arma de Fogo	Autorização Compra de Munição
SR/RO	140	13	25	659	-	659	264	67	491
DPF/JPN/RO	231	-	2	222	4	222	40	20	177
DPF/GMI/RO	7	-	-	1	-	2	-	-	-
DPF.VLA/RO	196	5	1	249	18	249	71	27	104
<b>TOTAL</b>	<b>574</b>	<b>18</b>	<b>28</b>	<b>1.131</b>	<b>22</b>	<b>1.132</b>	<b>375</b>	<b>114</b>	<b>772</b>

**COMPARATIVO ATIVIDADES SINARM – ANOS 2012, 2011 e 2010**

UNIDADE	Apreensões	Furtadas / Roubadas	Perdidas	Devolvidas / Recuperadas	Apostiladas no Exército	Encaminhad as ao SFPC	Transferidas	Entregues para Indenização	Portes	Registros
<b>2012</b>	<b>17</b>	<b>151</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>72</b>	<b>114</b>	<b>36</b>	<b>18</b>	<b>1.130</b>	<b>17</b>
<b>2011</b>	<b>6</b>	<b>101</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	<b>110</b>	<b>52</b>	<b>2</b>	<b>660</b>	<b>6</b>
<b>2010</b>	<b>20</b>	<b>86</b>	<b>117</b>	<b>5</b>	<b>152</b>	<b>623</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>3.495</b>	<b>20</b>

UNIDADE	Autorização de Trânsito	Portes Deferidos	Portes Indeferidos	Registros Deferidos	Registros Indeferidos	Registros de Armas Expedidos	Autorização compra Arma de fogo	Autorização Transferência Arma de Fogo	Autorização Compra de Munição
<b>2012</b>	<b>574</b>	<b>18</b>	<b>28</b>	<b>1.131</b>	<b>22</b>	<b>1.132</b>	<b>375</b>	<b>114</b>	<b>772</b>
<b>2011</b>	<b>280</b>	<b>3</b>	<b>26</b>	<b>846</b>	<b>1</b>	<b>846</b>	<b>324</b>	<b>149</b>	<b>428</b>
<b>2010</b>	<b>228</b>	<b>9</b>	<b>66</b>	<b>13.199</b>	<b>378</b>	<b>9.575</b>	<b>229</b>	<b>614</b>	<b>30</b>

**f) 2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
FUNAPOL	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.737.249,80	1.737.249,80	0,00
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	160.505,71	160.505,71	0,00
	339036	SERVICOS DE TERCEIROS P.FISICA	134.675,00	134.675,00	0,00
	339039	SERVICOS DE TERCEIROS PJ	107.132,09	107.132,09	0,00
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.618,82	2.618,82	0,00



339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	18.919,00	18.919,00	0,00
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	993,98	993,98	0,00

O valor executado nesta ação foi de **R\$ 2.162.094,40 (dois milhões cento e sessenta e dois mil noventa e quatro reais e quarenta centavos)**.

Essa ação tem por escopo combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União atuando de forma integrada com todas as áreas da PF e demais órgãos afins; Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional; Fiscalizar e controlar empresas de segurança privada no país.

A **Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE/DRCOR/SR/RO** e os **Núcleos de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes das Descentralizadas** tiveram resultado aquém do esperado, devido principalmente ao reduzido efetivo policial lotado no setor. Apesar das dificuldades, na circunscrição desta SR foram apreendidos: **mais de 871 quilos de substâncias entorpecentes**, 13 veículos e efetivada as prisões de 47 criminosos.

Para 2013 o foco das atividades será na capacitação dos novos policiais que passarão a integrar a DRE e intensificação das ações voltadas a atingir o poderio econômico das organizações criminosas voltadas ao tráfico de entorpecentes.

#### ATIVIDADES – REPRESSAO A ENTORPECENTES

LOCAL	Procedimentos Instaurados			IPL's Relatados	TCO's Encerrados	Nº de Indiciados	Nº de Presos	Total de Apreensões de Entorpecentes (Kg)
	Flagrante	Portaria	TCO					
SR/RO	15	13	0	19	0	21	21	656,689
DPF/JPN/RO	7	7	1	0	1	22	0	62,24
DPF/GMI/RO	13	5	-	12	-	24	14	54,95
DPF.VLA/RO	9	4	0	17	0	16	12	97,387
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>29</b>	<b>1</b>	<b>48</b>	<b>1</b>	<b>83</b>	<b>47</b>	<b>871,266</b>

#### g) 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
FUNAPOL	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	171.342,49	171.342,49	0,00
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	59.459,41	59.459,41	0,00
	339036	SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	100.450,00	100.450,00	0,00
	339039	SERVICOS DE TERCEIROS PJ	22.719,91	22.719,91	0,00
TESOURO	339030	MATERIAL DE CONSUMO	24.009,60	0,00	24.009,60

A ação 2720, objetiva precipuamente o fornecimento de meios e recursos para o planejamento e a execução de operações de inteligência e de caráter sigiloso no âmbito do DPF, tendo sido implementada com êxito, resultando em trabalhos de inteligência policial.

O montante executado nesta ação corresponde a R\$ 377.981,41 (trezentos e setenta e sete mil novecentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos).

Os valores executados relacionam-se também as despesas pagas via Suprimento de Fundos, sempre em observância do disposto na Instrução Normativa nº 049/2011 (21/12/2011) na realização de diversos trabalhos e operações de inteligência policial diretamente ligadas à atuação da Superintendência da Polícia Federal no desempenho de suas competências constitucionais.

#### **h) 4679 - Serviço de Proteção ao Depoente Especial**

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
FUNAPOL	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.678,14	2.678,14	0,00

Essa ação tem por escopo criar condições seguras para que os depoentes e eventualmente seus familiares possam repassar informações relativas à ação de organizações criminosas proporcionando segurança a integridade física do protegido.

#### **i) 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal**

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
FUNAPOL	449051	OBRAS E INSTALACOES	12.993,24	12.993,24	0,00
TESOURO	449051	OBRAS E INSTALACOES	54.735,71	0,00	54.735,71

Os recursos descentralizados nessa ação totalizam R\$ 67.728,95 (sessenta e sete mil setecentos e vinte e oito reais e noventa e cinco centavos) e foram aplicados na **reforma do antigo Telecentro** com otimização de seu espaço, visando funcionar também como auditório, com capacidade para 96 (noventa e seis) pessoas, ante a demanda existente nesta Superintendência Regional em dispor de espaço adequado, que proporcione melhores condições de trabalho e capacitações aos seus servidores e conforme o caso a sociedade em geral; contratação de serviços de engenharia para **reforma na rede de drenagem superficial** desta Regional e; **construção de um canil**, com duas baias, totalizando 2 cães detectores de drogas na sede desta Superintendência Regional aliada a lotação de 2 (dois) servidores na Unidade treinados na ANP para atuar como cachorros.

Ambas as reformas, em consonância com as melhorias propostas para o exercício sob análise no tocante as instalações físicas da SR/DPF/RO.

## j) 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
FUNAPOL	449051	OBRAS E INSTALACOES	14.400,00	14.400,00	0,00
TESOURO	449051	OBRAS E INSTALACOES	189.917,14	0,00	189.917,14

Essa ação tem por finalidade dotar a Polícia Federal da infraestrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades, possibilitando a construção e ampliação de suas unidades visando à melhoria da instituição e desempenho de suas missões constitucionais, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública.

Os recursos descentralizados nessa ação totalizam 204.317,14 (duzentos e quatro mil trezentos e dezessete reais e quatorze centavos) e foram aplicados na contratação de empresa especializada para **construção do muro** de divisa da Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná, com altura de 3,00 metros e comprimento total de 396,50 metros, sobretudo a fim de melhorar as condições de segurança das instalações físicas daquela Unidade, de formar a garantir a guarda dos bens públicos e apreendidos ali localizados e viabilizou a **instalação da rede de gás especial hélio** para uso analítico e funcionamento de 01 cromatógrafo a gás com detector de massas (CGEM) no Laboratório de Análise Química Instrumental do Setor Técnico-Científico desta Regional, destinado pela SENASP, avaliado em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em consonância com as melhorias propostas para este exercício no tocante as instalações físicas e trabalhos desta UJ.

### Resultados apresentados pelas demais Delegacias, Setores e Núcleos:

A **Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP/DREX/SR/RO** teve seu foco em 2012, voltado às atividades de fiscalização dos planos de segurança das instituições financeiras e das empresas de segurança privada. Estas atividades foram levadas a cabo ainda que com reduzido efetivo policial e administrativo. Foram realizadas **81 vistorias** direcionadas às empresas de segurança privada e **emitidas 3.093** carteiras de vigilantes.

Para 2013, com a recomposição parcial de seu efetivo policial, pois não existe previsão de reposição de servidores administrativos, pretende-se ampliar as atividades de fiscalização rotineiras, a fim de combater principalmente a prática de vigilância clandestina no Estado.

O **Grupo de Identificação – GID/DREX/SR/RO**, mesmo com o efetivo reduzido ao longo de 2012, realizou:

- Emissão de 121 Laudos de Perícias Papiloscópicas;
- 6.539 consultas/inclusões e emissões junto ao SINIC;
- 201 Informações Técnicas destinadas ao MPE/RO;
- 20 identificações criminais;
- 10 Laudos prosopográficos;
- 06 retratos falados;
- Participação na elaboração do termo de Cooperação Técnica entre o DPF e o TRE/RO para acesso e alimentação de bases de dados;
- Apoio a perícias papiloscópicas aos diversos setores de identificação e criminalísticas do Estado de Rondônia.

As perícias papiloscópicas desenvolvidas pelo GID permitiram elucidar importantes investigações nesta Superintendência: ameaça a magistrado, escândalo dos precatórios do TRT, sequestro de pessoas em Porto Velho e identificação de foragidos na Bolívia.

Em 2013 espera-se com a recomposição de seu efetivo buscar o aprimoramento das bases de dados criminais e o treinamento de servidores da Justiça Federal e Estadual para utilização do SINIC.

O **Núcleo de Operações – NO/DREX/SR/RO**, desenvolvendo atividades de apoio às demais Delegacias desta Superintendência e aos demais órgãos federais, mesmo com efetivo reduzido desempenhou a contento suas atividades, dentre as quais:

- Cumprimento de 295 mandados de Intimação;
- Apoio à realização de diligências das diversas Delegacias e SETEC;
- Realização de operações conjuntas com IBAMA, ICMBio, INCRA, Ministério Público do Trabalho, FUNAI, ANVISA, etc.;
- Participação em Cartórios Itinerantes no interior do Estado: março e abril em Ariquemes, julho e agosto na região de Vista Alegre do Abunã, no mês de agosto na região de Lábrea e Humaitá/AM;
- Fiscalização de etapas de provas de concursos federais realizadas no Estado.

Cabe ressaltar que a atividade de cumprimento de Mandados de Prisão ficou prejudicada em 2012 devido à necessidade de direcionar o reduzido efetivo policial disponível às demais atividades.

Para 2013 com a recuperação do efetivo policial desse setor, pretende-se dar continuidade às atividades já desenvolvidas, com especial ênfase ao cumprimento de Mandados de Prisão.

A **Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH/DRCOR/SR/RO**, responsável pela investigação de crimes ambientais no Estado, contou com um reduzido efetivo policial para a realização de suas atividades. O foco principal de seus trabalhos baseou-se na maior utilização das imagens de radares do SIPAM como forma de identificar as áreas geográficas do Estado que vinham sofrendo maior nível de agressão ao meio ambiente, passando a buscar informações de inteligência acerca destas áreas e atuando pontualmente nos pontos mais sensíveis, escolhidos de forma a maximizar os recursos existentes. Ademais foi dado o devido encaminhamento a inúmeros flagrantes realizados por diversos órgãos: Polícia Militar Ambiental, IBAMA, Instituto Chico Mendes, INCRA, DNPM, etc. Além da questão de efetivo, gera enorme preocupação aos responsáveis por esta especializada o fato de que, grande parte dos crimes, mesmo configurados com provas robustas, enquadra-se em penas que autorizam a aplicação dos benefícios da Lei 9.099/95, sendo considerados, como efeito disso, de pequeno potencial ofensivo. Ademais, as multas aplicadas, em sua grande maioria, não são quitadas, tornando os criminosos quase imunes ao poder punitivo do Estado. Em 2012, esta especializada conquistou amplo conhecimento acerca da lógica de atuação das quadrilhas especializadas na extração ilegal de ouro e posterior inserção deste metal no mercado financeiro. Em razão deste maior nível de conhecimento, deflagrou em março de 2012 a **Operação RIO DE OURO** que desarticulou uma quadrilha especializada na extração e lavagem de ativos em ouro na região de Porto Velho/RO, Apuí/AM e Jacareacanga/PA que, apenas em 2011 adquiriu ilegalmente 600 quilos de ouro (equivalente a cerca de 54 Milhões de Reais).

A **Delegacia de Defesa Institucional – DELINST/DRCOR/SR/RO**, teve seu ano de 2012 focado principalmente nas atividades investigativas relativas ao pleito eleitoral, com deflagração da **Operação VOTO LIVRE** onde às vésperas das eleições, prendeu em flagrante pelo crime de Corrupção Eleitoral candidato a Vereador, no momento em que oferecia vantagens a estudantes



universitários em troca de votos. Teve atuação destacada em ações de apoio ao Ministério do Trabalho, realizando a segurança de seus fiscais em operações de trabalho escravo. As dificuldades enfrentadas são centradas principalmente na questão de efetivo policial. Para 2013 o foco desta especializada será a investigação de crimes eleitorais (falsidade ideológica na prestação de contas) e crimes contra a organização de trabalho (condição análoga a de escravo).

A **Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV/DRCOR/SR/RO**, devido à proximidade com temas de natureza trabalhista, teve seu foco voltado à apuração de fraude milionária praticada no bojo de ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (SINTERO) em face da União. Este crime, praticado com uso de documentos falsos e corrupção de servidores públicos, resultou em pagamentos indevidos superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). A investigação culminou na deflagração das **Operações PRETORIUM I e II** ocorridas no último trimestre de 2012, com a prisão de uma advogada e cônjuge, resultando no afastamento de servidores públicos de suas funções, inclusive de magistrados trabalhistas.

As principais dificuldades enfrentadas estiveram relacionadas à falta de efetivo e à necessidade de conduzir, concomitantemente, diversos outros inquéritos que não tratam de crimes previdenciários.

Em 2013 o foco de suas investigações se baseará nos crimes propriamente previdenciários, tanto em Porto Velho quanto nos Municípios situados no sul do Estado do Amazonas que integram a circunscrição da SR/DPF/RO.

A **Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ/DRCOR/SR/RO**, Segundo o art. 213 da Instrução Normativa nº 13/2005 – DG/DPF, responsável pela Repressão a Crimes Fazendários, apura os atos ilícitos de natureza patrimonial praticados em detrimento de pessoas, em razão de sua função pública, da ordem fazendária e tributária, contra interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, e outros correlatos, observadas as atribuições da DELEFIN e DELEPAT, definidas, respectivamente, nos arts. 223 e 226 do referido Regulamento, bem como identificar a ação de falsários, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes de moeda e documentos falsos e outros crimes objeto de sua atribuição.

No ano de 2012, o foco desta especializada foi a investigação de crimes relacionados ao desvio de verbas públicas. A investigação, que levou o nome de **Operação Vórtice**, apurou a ocorrência de desvio de verbas públicas na Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO e culminou na prisão de 18 (dezoito) pessoas, sendo que destes 5 (cinco) eram Secretários Municipais. Essa mesma investigação subsidiou a investigação e deflagração da Operação VOTO LIVRE levada a efeito pela DELINST, que prendeu em flagrante um candidato a vereador pelo cometimento do crime do art. 299 da Lei nº 4.737/65 (corrupção eleitoral).

A grande dificuldade encontrada no ano de 2012 foi o movimento reivindicatório dos Agentes, Escrivães e Papiloscospistas em agosto/outubro, que interrompeu temporariamente as atividades de inteligência policial.

A área de atuação dessa especializada é diversificada e subsidiária, sendo responsável por cerca de 40% (quarenta por cento) de toda a demanda da Superintendência.

Em 2013 o foco das investigações estará na repressão ao desvio de verbas públicas e combate à corrupção, bem como na falsificação de papel moeda.

A **Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas – DELEPAT/DRCOR/SR/RO** focou seus esforços em 2012 nas investigações de assaltos a agências dos Correios e aos estelionatos cometidos contra a Caixa Econômica Federal, culminando na prisão

de 2 assaltantes (flagrante realizado em Triunfo/RO) e um estelionatário em uma agência bancária de Porto Velho/RO.

A investigação de grande porte desenvolvida no âmbito desta especializada – **Operação METAMORFOSE** cessou o furto de cartões de créditos por funcionários de agências dos Correios, desviados para um grupo de estelionatários, associados a lojistas inescrupulosos que realizavam compras diversas e fraudavam as instituições financeiras. Esta operação resultou na prisão de 18 criminosos, incluindo 5 funcionários dos Correios e 1 funcionária da Receita Federal do Brasil.

Merece destaque o crescente índice de roubos a instituições bancárias, furtos/explosões de caixas eletrônicos e roubo de cargas (principalmente de cassiterita) em Rondônia, tornando-se essencial o reforço do efetivo policial desta Delegacia que permita a ampliação das atividades investigativas nessas áreas.

O **Núcleo de Cartório – NUCART/DRCOR/SR/RO**, responsável pelas atividades de apoio aos trabalhos de Polícia Judiciária, em especial à gestão dos Inquéritos Policiais, realizou as atividades cartorárias de forma a garantir um índice de produtividade (taxa de conclusão de IPL's) acima do objetivo proposto de 80%. Em 2012, assim como os demais setores da Superintendência, teve de adequar-se a um efetivo policial reduzido, mas obteve significativa melhoria em seus equipamentos destinados à realização de cartórios itinerantes e melhoria nas instalações para armazenagem de substâncias entorpecentes.

Para 2013 projeta-se a digitalização dos dossiês dos IPL's e melhorias na rotina de trabalho do depósito de materiais apreendidos.

O Núcleo de Inteligência Multiespecializado da **DRCOR/SR/RO**, em 2012, teve suas atividades direcionadas ao desenvolvimento de duas importantes operações policiais de combate ao desvio de recursos públicos: As **Operações VÓRTICE e ENDEMI** deflagradas no final de 2012 cessaram o desvio de mais de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) dos cofres públicos, realizando a prisão de diversos Secretários Municipais de Porto Velho/RO e provocando excepcional repercussão junto à sociedade. Além disto, complementou os serviços de análise dos materiais apreendidos em outra importante operação deflagrada no final de 2011 (**Operação TERMÓPILAS**) e prestou apoio de pessoal e material para a realização de importantes operações desenvolvidas pela DELEFAZ e DELEPREV (**Operações PRETORIUM I e II**). Dentre as dificuldades enfrentadas ao longo do ano merece ênfase o baixo efetivo e a carência de viaturas descaracterizadas. Com a substituição de 90% do efetivo do setor (concurso de remoção), o foco de 2013 será a capacitação dos novos servidores nas atividades de análise às investigações de grande porte em andamento, bem como à melhoria de seus meios materiais.

A **Delegacia de Polícia Federal em Guajará Mirim – DPF/GMI/RO** localizada a 330 km da Capital Porto Velho, posiciona-se estrategicamente na fronteira com a Bolívia. Em 2012 obteve os seguintes resultados:

- Realização de 156 diligências investigativas específicas;
- Cumprimento de 26 Mandados de Prisão e realização de 25 missões de escolta de presos;
- Emissão de 212 passaportes;
- Expedição de 36 registros de permanência para estrangeiros;
- Controle de entrada e saída de mais de 6.000 brasileiros e estrangeiros pela fronteira;
- Apreensão de cerca de 55 quilogramas de substâncias entorpecentes, com a instauração de 13 flagrantes que resultaram na prisão de 14 criminosos e o indiciamento de outras 24 pessoas.

Destaque especial para a realização da **Operação ESCAPE**, que desarticulou importante organização criminoso de tráfico de entorpecentes com atuação interestadual, resultou na prisão de 9 (nove) criminosos.

Para 2013, o foco das atividades será direcionado principalmente para à prevenção e repressão ao tráfico internacional de entorpecentes e ao aliciamento de mulheres para prostituição no exterior, bem como na repressão ao desvio de verbas públicas e no monitoramento de estrangeiros, em território nacional, envolvidos com diversos ilícitos, biopirataria, garimpo ilegal, etc.

A **Delegacia de Polícia Federal em Vilhena – DPF/VLA/RO**, localizada a mais de 700 km da capital, no cone sul do Estado, teve em 2012 relevantes resultados, vejamos:

- Realização de 249 diligências específicas;
- Cumprimento de 8 Mandados de Prisão e realização de 13 missões de escolta de presos;
- Emissão de 1.123 passaportes;
- Expedição de 45 registros de permanência para estrangeiros;
- Renovação de licença para atividade com produtos químicos de 10 empresas;
- Expedição de 249 registros de armas;
- Deferimento de 5 portes de arma (1 indeferimento);
- Realização de 33 vistorias de empresas de segurança privada;
- Apreensão de cerca de 65 quilogramas de substâncias entorpecentes, com a instauração de 9 flagrantes que resultaram na prisão de 12 criminosos e o indiciamento de outras 16 pessoas.

Especial destaque para a realização de três importantes operações: **FRONTEIRA SUL, ARANEA e CEREJEIRAS**, que somadas a outras de menor porte, desarticularam quadrilhas de atuação interestadual no cone sul do Estado de Rondônia, culminando na prisão de 12 criminosos, indiciamento de 16 pessoas, apreensão de cerca de 100 Kg de substâncias entorpecentes (pasta base de cocaína e maconha), e a apreensão de 5 (cinco) veículos.

Importante destacar a ênfase dada por esta Descentralizada na realização de cursos de aprimoramento policial de seus servidores (Gerenciamento de Crises, Tráfico de Drogas, Interdição de Aeroportos, Técnicas Policiais, Repressão a Desvio de Recursos Públicos, Crimes Financeiros e de Segurança de Dignitários, dentre outros).

E ainda, cabe à Delegacia de Polícia Federal em Vilhena (estrategicamente localizada a meio caminho entre Vilhena e Ji-Paraná) a gestão do Posto Avançado em Pimenta Bueno/RO e respectivas bases Operacionais, onde está sediada a Operação ROOSEVELT.

A **Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná – DPF/JPN/RO** localizada a 350 km de Porto Velho, posiciona-se estrategicamente no centro do Estado de Rondônia e totalizou em 2012 os resultados a saber:

- Realização de 167 diligências investigativas específicas;
- Emissão de 2.548 passaportes;
- Expedição de 96 registros de permanência para estrangeiros;
- Análise e deferimento de 222 registros de armas;
- Apreensão de cerca de 60 quilogramas de substâncias entorpecentes, com a instauração de 7 flagrantes que resultaram no indiciamento de outras 22 pessoas.

Destaque especial para a realização da **Operação RIO MACHADO** que desarticulou organização criminoso com atuação nos Estados de Rondônia e Maranhão e que, ao longo das investigações resultou na apreensão de 204 quilos de pasta base de cocaína (parte em Rondônia e parte no Maranhão), no cumprimento de 13 Mandados de Prisão Preventiva e no cumprimento de 6



Mandados de Busca e Apreensão. Foram apreendidos 5 veículos entre carros de luxo e caminhões, embarcações, uma arma de fogo e 2 balanças de precisão.

As **Operações Permanentes - ARCO DE FOGO e DEFESA DA VIDA**, com atuação sincronizada, já que os problemas ambientais e os conflitos agrários se relacionam, mesmo com um efetivo reduzido, diante das dimensões das áreas fiscalizadas, mostrou-se eficaz não apenas pela força investigativa, mas pela presença inibidora das forças do Estado no interior de Rondônia.

A Operação ARCO DE FOGO tem como escopo o combate ostensivo e de polícia judiciária a crimes ambientais, teve sua área de atuação focada na região de Espigão do oeste/RO, região de confluência de três territórios indígenas intensamente explorados pelo ramo madeireiro e que pertencem às etnias Surui, Cinta-Larga e Zoró.

Em 2012 foram apreendidos mais de 20 caminhões carregados com madeira ilegal e descoberto um depósito clandestino de madeiras.

Para 2013 projeta-se uma adequação estrutural da Operação ARCO DE FOGO, com o objetivo de adequar-se às modificações do modo operativo dos crimes ambientais.

A Operação DEFESA DA VIDA, resposta estratégica do DPF aos focos de tensão e conflito entre latifundiários e sem-terras pela ocupação e utilização de suas terras, instalada na sede da SR/DPF/RO em Porto Velho/RO, atua rapidamente nas situações de conflito e investigações.

**A Operação ROOSEVELT**, criada por força do Decreto presidencial de 17/9/2004, combate os crimes relativos à exploração ilegal de diamantes extraídos do garimpo localizado na Reserva Indígena Roosevelt. Além do Posto Avançado no município de Pimenta Bueno/RO existem 6 (seis) bases operacionais avançadas, estabelecidas fora da Reserva Roosevelt (que ocupa uma área de 2,7 milhões de hectares = área do Estado de Sergipe), localizadas no entorno das terras indígenas em pontos estratégicos. Essas bases avançadas são responsáveis pelo controle de entrada e saída de pessoas, veículos, combustíveis (diesel) e maquinários a locais contíguos à área indígena e às aldeias. A presença das forças policiais na região é fundamental para impedir uma grande invasão coletiva do garimpo.

Principais ações desenvolvidas no exercício sob análise:

- Controle de entrada e saída de pessoas que transitam na região de entorno das terras indígenas da Reserva Roosevelt e nas aldeias propriamente ditas, tendo por finalidade coibir o comércio clandestino de diamantes;
- Operação de desativação de maquinário de garimpo em agosto de 2012, com apoio do Órgão Central e participação do IBAMA, FUNAI e PRF, mediante a cessão de três helicópteros, onde vários moto-geradores e resumidoras foram desativados, conseguindo com isso conter a expansão das atividades garimpeiras na região;
- Apoio à Justiça Eleitoral na fiscalização e investigação de crimes eleitorais, nas Eleições municipais em Pimenta Bueno e Primavera de Rondônia (jurisdição da 9ª Zona Eleitoral);

Dentre os principais resultados obtidos destacam-se: apreensões de equipamentos e veículos; controle do garimpo; manutenção da paz na região, que desde 2007 não registra um homicídio ligado ao garimpo ilegal de diamantes.

As principais dificuldades enfrentadas estão relacionadas ao efetivo reduzido de Agentes da Polícia Federal e Policiais da Força Nacional e ao quantitativo de viaturas disponíveis.

Para 2013 pretende-se:

- Implementação de barreiras itinerantes;
- Manutenção da Base Central e das seis bases avançadas;
- Digitalização de todos os inquéritos policiais em cartório;
- Destinação dos bens apreendidos à disposição da Justiça;



- Instalação de mais uma base avançada para controle de acesso estratégico ao território indígena.

A **Operação PORTAL**, iniciada em 2008, resultado da ação conjunta entre as Polícias Federal e Rodoviária Federal, IBAMA e SIPAM, cujo objetivo principal era fiscalizar e compilar dados relativos ao fluxo de cargas de madeira que saíam do Estado de Rondônia foi interrompida pela DMAPH em novembro de 2012. O fator determinante desta interrupção foi a falta de efetivo do IBAMA, órgão indispensável para a consecução dos fins da operação. Durante a maior parte do ano, o efetivo policial da PF em missão na Operação PORTAL prestou apoio às atividades da DPF/VLA/RO, em especial às questões de natureza ambiental.

**3.3.2 Execução dos PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS** com aplicação de recursos pela UJ em 2012 concentrados nos Programas 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça.

**3.3.2.1 DO PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO por meio do Projeto/Atividade 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões**

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
TESOURO	319008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	5.647,92	5.647,92	0,00

**3.3.2.2 DO PROGRAMA 2112 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO.**

A execução orçamentária do Programa 2112 realizada na UG TESOURO representa a maior parcela dos recursos administrados pela Unidade, abrangendo desde sua administração, inclusas as suas atribuições da área meio e fim. Por se tratar de Programa de Apoio às Políticas Públicas, voltado aos serviços típicos da Administração, ao planejamento, à coordenação, à avaliação ou ao controle de programações finalísticas, resultando em bens ou serviços ofertados à própria Administração, composto inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativas, não são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores no SIGPLAN.

As ações desenvolvidas por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela correspondem as Ações **2000 – Administração da Unidade, 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação e 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, empregados e seus Dependentes.**

**a) 2000 – Administração da Unidade**

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
FUNAPOL	339030	MATERIAL DE CONSUMO	22.931,38	22.931,38	22.931,38	0,00
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.831,48	2.831,48	2.831,48	0,00

TESOURO	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	240.014,27	240.014,27	240.014,27	0,00
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.061.907,91	822.063,58	822.063,58	239.844,33
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	551.761,03	511.943,70	511.943,70	39.817,33
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	26.919,84	26.919,84	26.919,84	0,00
	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.764.152,51	2.764.152,51	2.577.262,15	0,00
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.958.618,30	1.599.364,49	1.474.674,85	359.253,81
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	65.330,75	45.623,80	45.623,80	19.706,95
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	12.264,63	12.264,63	12.264,63	0,00
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	160.810,80	160.810,80	160.810,80	0,00
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	190.676,73	13.975,00	13.975,00	176.701,73

O valor executado nesta ação corresponde a **R\$ 7.058.219,63 (sete milhões cinquenta e oito mil duzentos e dezenove reais e sessenta e três).**

Essa engloba a maior parte dos recursos utilizados pela SR/DPF/RO, cujas despesas compreendem serviços administrativos; manutenção e uso de sua frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pela UJ; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Na rubrica investimentos aplicamos o montante de R\$ 285.898,07 (duzentos e oitenta e cinco mil oitocentos e noventa e oito reais e sete centavos) sendo R\$ 28.387,22 na UG FUNAPOL e R\$ 257.510,85 no TESOURO, para aquisição de equipamentos, reforma, construção e ampliação nas instalações físicas das Unidades da PF em Rondônia.

Na execução desta ação R\$ 157.474,59 (cento e cinquenta e sete mil quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) referem-se ao pagamento de ajudas de custo a 7 (sete) servidores removidos Ex-ofício para outras Unidades do DPF, não incluído nesse valor as despesas com passagens (locomoção) e transporte de mobiliário e bagagens dos servidores e respectivos dependentes.

No que se refere às dotações orçamentárias destinadas a esta UJ verifica-se que estas são insuficientes tendo em vista as atividades que a Polícia Federal tem que desenvolver. Este fato termina impactando de forma negativa as atividades operacionais.

#### **b) 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
FUNAPOL	339139	OUTROS SERV. TERCEIROS-PES. JURID-OP. INTRA-ORC.	33.810,00	33.810,00	0,00

	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.069,98	1.069,98	0,00
TESOURO	339139	OUTROS SERV. TERCEIROS-PES. JURID-OP. INTRA-ORC.	840,44	0,00	840,44

Essa ação visa à qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. Os recursos utilizados nesta ação totalizam R\$ 35.720,42.

Foram capacitados na área-meio, de apoio administrativo, 11 servidores, cujas despesas foram executadas por esta Regional.

SEQ.	CURSO	ÁREA DE ATUAÇÃO	Nº DE SERVIDOR BENEFCIADO	PERÍODO	INSCRIÇÃO* VALOR R\$
1	Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos – Brasília/DF	Apoio Administrativo	1	02 a 06/07/12	520,00
2	A Formação de Preços dos Serviços Contínuos e a Planilha da IN 02/08 com as alterações da Portaria nº 07/11- Brasília/DF	Apoio Administrativo	2	05 a 07/03/12	5.560,00
3	IX Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Pública – ESAF. Brasília/DF	Apoio Administrativo	2	25 a 31/03/12	400,00
4	Curso GFIP/SEFIP 8.4 na Administração Pública.	Apoio Administrativo	2	19 a 20/04/12	3.980,00
5	Formação MCTS WINDOWS SERVER 2008 – REDE e AD. - PVH/RO	Apoio Administrativo	1	07/05 a 4/06/12	2.000,00
6	Curso de capacitação de Suprimento de Fundos aplicado ao SIAFI e Sistema de Cartão de Pagamento do Governo Federal	Apoio Administrativo	1	10 a 16/06/12	-
7	Formação MCTS WINDOWS SERVER 2008 – ACTIVE DIRECTORY- PVH/RO	Apoio Administrativo	1	02 a 19/07/12	1.300,00
8	Curso de Gestão Orçamentária sob coordenação da ENAP - Brasília/DF	Apoio Administrativo	1	30/07 a 09/08/12	950,00
9	Curso de SIAFI Gerencial de Orçamento Público – Brasília/DF	Apoio Administrativo	1	12 a 25/08/12	-
10	IX Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Pública – ESAF. Belém/PA	Apoio Administrativo	4	06 a 10/08/12	R\$ 800,00
11	IX Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Pública – ESAF.-Brasília/DF	Apoio Administrativo	1	25/11 a 01/12/12	-
12	Pós Graduação em Administração	Área Fim	1	28/09/12 (duração 18 meses)	14.600,00
13	Contratos Administrativos –	Apoio Administrativo	2	13 a 14/02/12	4900,00

Rescisão do Contrato e  
Aplicação de Penalidade

14 Cronograma SIASG Apoio Administrativo 2 31/05 a 01/06 -

Fonte: Equipe de Treinamento e Desenvolvimento da SR/DPF/RO

\* Os valores informados referem-se aos pagos a prestadora do serviço, não sendo computados os valores com diárias e passagens.

Destaca-se proveitosa a parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e DTCOM, na qual vários servidores puderam realizar cursos em 2012, participando por meio de ações de Educação e Ensino à Distância – EAD, integrantes do PRONASCI, contando com 35, 33 e 32 participantes, nos 24º, 25º e 26º ciclos, respectivamente. Trata-se de uma parceria que gerou bons resultados, pois consiste em cursos voltados para a área de segurança pública, que não demandam consideráveis custos para a Unidade. São necessários apenas terminais de computador conectados à internet e dedicação de tempo do servidor.

### c) 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, empregados e seus Dependentes

UG	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	RESTOS A PAGAR N PROC (R\$)
TESOURO	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	294,94	294,94	0,00

O valor executado nesta ação corresponde a pagamento de per capita, exercício de 2011.

## 3.4 Indicadores

O Departamento de Polícia Federal tem buscado desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem avaliar, de forma consistente, o resultado de seu desempenho institucional, de modo a subsidiar as decisões de seu corpo diretivo, e, também, melhor prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Para a análise dos resultados alcançados pela SR/DPF/RO, convém ressaltar que há dois indicadores institucionais, vinculados ao Programa 0662 (Prevenção e Repressão à Criminalidade): Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais e Prazo Médio para a Conclusão de Inquéritos Policiais, cujos resultados, metodologia de cálculo e análises a seguir, que retratam a pertinência da utilização dos referidos indicadores, bem como outros indicadores regionais.

### 3.4.1) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais

QUADRO III – DEMONSTRATIVO DA TAXA DE CONCLUSÃO DE IPL'S

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida - percentagem)	Referência			Índice previsto no exercício*	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Conclusão de	01/01/2012	180 %	90 %	80 %	90 %



	Inquéritos Policiais na SR/DPF/RO	a				
		31/12/2012				
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/GMI/RO		132 %	77 %	80 %	77 %
3	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/JPN/RO		244 %	89 %	80 %	89 %
4	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/VLA/RO		109 %	91 %	80 %	91 %
<b>TOTAL</b>	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ		173 %	89 %	80 %	89 %

**Fórmula de Cálculo do Índice:**

Metodologia: Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da Unidade Jurisdicionada no exercício de 2012 e o total de inquéritos policiais instaurados nessas unidades em 2012 (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Quanto maior o índice, melhor.

**Análise do Resultado Alcançado:**

Embora as unidades do Estado tenham tido decréscimo de produtividade, natural tendo em vista as dificuldades da região amazônica. A média geral se acha acima dos 80% de produtividade (diferença entre números de instaurações e de relatórios de IP's) prevista na Lei nº 11.653/2008. A Superintendência e suas Descentralizadas tiveram aparente decréscimo em sua atuação nos procedimentos, todavia isso pode ser justificado pelo elevado aumento de notícias-crime enviadas pelos órgãos externos, em especial o Ministério Público Federal, e pela realização e deflagração de 06 (seis) Operações Policiais no final do ano, entre os meses de Outubro a Dezembro, que demandaram o afincamento de vários policiais durante o exercício de 2012. Note-se também que a redução apresentada na SR/RO nos anos de 2010 e 2011 (quando o número de cerca de 1200 IPL's alcançou a casa de 600) aproximou o número de IPL's ao ideal para a Unidade central do Estado, que no momento conta com reduzido quantitativo de Delegados que atuam em investigações, restando pouca margem para sua redução.

Fonte: COGER/DPF (dados extraídos do SINPRO e SISCART)

**3.4.2) Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de Inquéritos Policiais na Unidade Jurisdicionada**

a) **Utilidade:** medir a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2012.

Todos os esforços são dirigidos para se manter o índice relativo à Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais acima de 100%, ou seja, que a estrutura judiciária da PF no Estado consiga relatar mais Inquéritos Policiais do que o quantitativo de novos Inquéritos instaurados no mesmo período, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento, o que vem se repetindo nos últimos anos. As ações de correção, melhoria e adequação dos processos aliados ao esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço.

Todas as Unidades da Unidade Jurisdicionada conseguiram suplantar a meta estabelecida no Plano Plurianual (índice superior a 80%) ao final de 2011. Em 2012, com um número de Inquéritos já reduzido (com maior quantitativo de IPL's de maior complexidade), e o somatório de dificuldades já elencadas relacionadas ao quantitativo do efetivo policial e administrativo e aos aspectos motivacionais, o resultado obtido foi aquém do alcançado em 2011, porém ainda superior ao objetivo constante do Plano Plurianual, merece destaque o fato de que 9% dos IPL's relatados em 2012 haviam sido instaurados a mais de 3 anos.

b) **Mensurabilidade:** Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais) fosse medido por intermédio do indicador supracitado, mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF, disponibilizadas na intranet. Todavia, o índice inferior a

80% não retrata necessariamente insucesso, pois cada inquérito depende de fatores diversos que determinam o tempo de andamento do mesmo.

### 3.4.2) Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais

QUADRO IV – DEMONSTRATIVO TEMPO MÉDIO PARA CONCLUSÃO DE IPL'S

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência		Índice previsto no exercício*	Índice atingido no exercício	
		Data	Índice inicial			Índice final
1	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ (Portaria) <b>SR/DPF/RO</b>	01/01/2012 a 31/12/2012	329 dias	201 dias	70 dias	201 dias (Redução de 39%)
2	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ (Portaria) <b>DPF/GMI/RO</b>		255 dias	162 dias		162 dias (Redução de 36%)
3	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ (Portaria) <b>DPF/VLA/RO</b>		346 dias	236 dias		236 dias (Redução de 32%)
4	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ (Portaria) <b>DPF/JPN/RO</b>		526 dias	184 dias		184 dias (Redução de 65%)

#### Fórmula de Cálculo do Índice:

Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Os números refletem o tempo MÉDIO, em dias, que as autoridades levaram para concluir os IPL's da unidade, desde a instauração até o relatório (excluem-se as cotas).

Metodologia: O tempo para conclusão do IPL da unidade, em determinado ano, é a data do relatório subtraída da data da instauração, menos os períodos de movimentação externa. Quanto menor o índice, melhor.

Exemplo: O IPL nº 555/2005 foi relatado em 05/05/2010. Foi instaurado em 05/05/2005. Teve 10 remessas à JF ou MPF, totalizando 500 dias fora do DPF. O tempo entre a instauração e o relatório foi de 1.826 dias (05/05/2010 - 05/05/2005) - 500 dias = 1.326 dias. Tempo para conclusão do IPL nº 555/2005: 1.326 dias.

#### Análise do Resultado Alcançado:

Os índices fornecidos pela COGER/DPF indicam uma melhora significativa dos resultados da UJ no tocante à redução dos tempos necessários para a conclusão dos IPL's. Na média geral da UJ (média aritmética dos índices alcançados pela SR/RO e suas 3 Delegacias Descentralizadas), o indicador obteve uma melhora de cerca 46%.

Tal resultado é coerente com a estratégia adotada pela UJ nos últimos anos, reduzindo o número de procedimentos em andamento e priorizando os esforços investigativos aos crimes de maior potencial ofensivo à sociedade.

No entanto, é de se destacar que vários fatores dificultam a rápida tramitação dos procedimentos, afastando o número do ideal de 70 dias para conclusão de cada investigação. O baixo número de policiais lotados na Superintendência continua obstaculizando as regulares intimações de suspeitos e testemunhas, por exemplo, e as dificuldades de locomoção e das comunicações na região amazônica impedem a localização dos envolvidos e a realização de exames periciais com celeridade, em especial na época de chuvas.

Fonte: COGER/DPF (dados extraídos do SINPRO e SISCART)

**a) Utilidade:** medir o prazo médio para a conclusão de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2012 e auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial, sobretudo quanto à melhor alocação de recursos pelo ordenador de despesas, a fim de reduzir tal prazo.

**b) Mensurabilidade:** O fenômeno-objeto (Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais) é calculado a partir de pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF. Da mesma forma que o índice 2.4.3.1 (taxa de conclusão), possui razoável mensurabilidade: trata-se de um indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados extraídos de sistemas ativos e confiáveis (Sistema Nacional de Procedimentos - SINPRO e Sistema Cartorário - SISCART), por meio de recursos da Coordenação de Tecnologia de Informação do DPF, disponibilizados à Corregedoria Geral, além de ser econômica a produção de

tal indicador. Entretanto, este indicador não possibilita aferir uma exata mensuração da produtividade, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi considerado no PPA 2012-2015. Os demais índices relativos à Polícia Judiciária dependem de fatores de elevada complexidade, os quais devem ser observados no decurso das investigações e, principalmente, na deflagração de operações policiais. Ainda nesse sentido, são relevantes as representações bem fundamentadas junto ao Judiciário.

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 2.4 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 119/2012, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos dois índices apresentados (prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF e taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), está em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que melhor retratam a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto **CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022)**. Esse documento foi a diretriz utilizada Pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Ato contínuo foi realizada reunião, em 11 de dezembro de 2012, entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do TCU.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se preste a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

#### 4 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

##### 4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO V – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X



22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p><b>Análise Crítica:</b></p> <p>Em que pese os controles internos serem essenciais à consecução dos objetivos da Unidade, os mecanismos de controles existentes não são percebidos por seus servidores e funcionários nos mais diversos níveis de sua estrutura, mesmo considerando a comunicação interna adequada e suficiente, haja vista a existência, por exemplo, de rede interna (intranet) para divulgação das principais políticas, notícias, diretrizes e normativos. A UJ vale-se, também, de mensagem via e-mail como mecanismo de divulgação a seus servidores. Em relação à adoção de práticas para divulgação e tratamento de informações relacionadas a atividades necessárias ao alcance dos objetivos da Unidade, destaca-se a disponibilidade de intranet, bem como de página própria na internet, onde são divulgados tanto os atos normativos como informações atualizadas relacionadas às ações relevantes desenvolvidas pela Unidade.</p> <p>Os trabalhos realizados pela UJ na área de licitação, vejamos: há setor de licitação formalmente constituído, com o estabelecimento de suas competências e atribuições. Realização de ações de capacitação com todos os servidores do setor para o exercício da atividade de pregoeiro, assim como atualizações normativas; adota-se check list para verificação da conformidade legal na instrução do processo licitatório; adota-se manuais e de práticas operacionais e rotinas para o setor de licitação; há o acompanhamento das alterações na legislação afeta ao setor por meio de cadastro para recebimento de Informativos do Tribunal de Contas da União, dentre outros equivalentes.</p> <p>A utilização de procedimentos formais contribui para o fortalecimento dos controles internos e proteção da Unidade.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

---

## 4.2 Sistema de Correição

---

A Corregedoria Regional da SR/DPF/RO é constituída por dois Núcleos (NUDIS e NUCOR) e uma Secretária, sob a Coordenação de 2 (dois) Delegados, com apoio de 1 (um) Escrivão, 1 (um) Agente Administrativo e 1 (um) terceirizado para as atividades auxiliares.

Ao NUDIS compete a análise dos feitos disciplinares, enquanto ao NUCOR competem à análise de notícias crimes, correições parciais em IPL's, correições ordinárias, além de outros controles relativos aos IPL's.

Não há até o momento outra forma de controle externo, afora o realizado pelo MPF.

No que toca às atribuições do sistema de correições de procedimentos de polícia judiciária nas unidades da Polícia Federal no Estado de Rondônia, tal mister é atribuído na SR/DPF/RO ao NUCOR/COR/SR/DPF/RO e nas Delegacias do interior do Estado às Chefias das unidades.

Preliminarmente, cabe registrar que, conforme item “179” da IN nº 11/2001-DG/DPF, “*As correições se constituem em ação fiscalizadora das atividades de polícia judiciária, objetivando apontar e corrigir eventuais falhas e cumprimento das normas legais e regulamentares, impondo-se controle e avaliação permanente, primando pela qualidade, eficiência e eficácia dos serviços*”.

A classificação das correições se dá nas seguintes modalidades:

- (a) correições ordinárias – realizadas anualmente no segundo semestre nas unidades da Polícia Federal. Tem como escopo fiscalizar procedimentos alusivos às atividades de polícia judiciária, no tocante ao cumprimento de formalidades e qualidade dos trabalhos, bem como livros cartorários, depósitos, expedientes pendentes e custódia;
- (b) correições parciais – realizadas em todos os inquéritos policiais (IPL's) quando são remetidos à Justiça ou Ministério Público. Notadamente, visa a sanar impropriedades formais; e
- (c) correições extraordinárias – são realizadas em um ou mais inquéritos policiais por ordem do Superintendente Regional ou pela Corregedoria-Geral. Tem como escopo observar e sanar os trabalhos de polícia judiciária, nos mesmos termos do que é definido nas outras duas modalidades de correições.

Avançando, além da IN nº 11/2001-DG/DPF e demais normativos internos da Polícia Federal, a legislação observada na realização dos trabalhos correicionais remete à Constituição Federal (principalmente no seu artigo 5º), bem como a toda legislação ordinária que trata do processo penal brasileiro (sobretudo os artigos 4º e seguintes do Código de Processo Penal).

Os resultados obtidos na análise correicional implementada pelo NUCOR/COR/SR/DPF/RO constam de relatórios próprios, produzidos anualmente em sede de correições ordinárias, bem como, em sede de correições parciais, constam dos boletins virtuais individualizados de cada procedimento, estes inseridos no sistema SISCART (sistema destinado à produção e formalização de peças que integram os IPL's e demais expedientes).

Tais relatórios, que compilam resultados dos trabalhos correicionais, são submetidos ao conhecimento das demais instâncias de correições da Polícia Federal e ao controle externo do Ministério Público Federal.

Neste particular, resta discorrer que os resultados dos trabalhos correicionais poderão ser acessados pelos órgãos de controle legitimados com facilidade, haja vista que o produto da atividade em comento está registrado em meio físico e eletrônico.

### 4.3 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A UJ possui uma Corregedoria atuante e está em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU.

O Núcleo de Disciplina desempenha ativamente sua função de controle de eventuais irregularidades administrativas cometidas por servidores do Órgão, promovendo a instauração de expedientes disciplinares com vistas à identificação de responsabilidades e, posteriormente, instauração de feitos com vistas a apuração de tais irregularidades e, conforme o caso aplicação das punições. Atualmente conta-se com duas Comissões de disciplina, que dão andamento a 04 (quatro) PAD's, afóra as sindicâncias investigativas e expedientes preliminares. Observa-se, contudo, que os membros das CPD's, bem como os senhores sindicantes não se afastam de suas atividades cotidianas, realizando seus trabalhos de forma cumulativa, situação esta que acaba por comprometer parcialmente o resultado que se esperava. Frise-se, ainda, que tal situação é agravada pelo fato de estarmos numa região de fronteira, sendo de difícil provimento, aqui aportando grande quantidade de servidores oriundos das regiões sul, sudestes, centro-oeste e nordeste.

Os feitos de natureza disciplinar são registrados em dois sistemas de controle, sendo o SAD no âmbito do DPF e o CGU-PAD no âmbito da CGU, traduzindo-se, no entanto, numa latente burocratização da atividade administrativa ante a duplicidade de lançamento, visto que demanda num esforço a mais para a UJ, a qual já conta com um reduzido número de servidores.

#### INSTAURADOS

UNIDADE	SR/DPF/RO		DPF/JPR/RO		DPF/GMI/RO		DPF/VLA/RO		TOTAL	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Sindicância Investigativa	7	1	1	1	0	0	4	2	12	4
Sindicância Acusatória	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sindicância Patrimonial	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Processo Disciplinar	6	2	0	0	0	0	0	0	6	2
Total de Procedimentos instaurados	13	4	1	1	0	0	4	2	18	7

#### RELATADOS

TIPO/UNIDADE	SR/DPF/RO	DPF/JPR/RO	DPF/GMI/RO	DPF/VLA/RO	TOTAL
Sindicância Investigativa	2	1	0	2	5
Processo Disciplinar	7	0	0	0	7
Total de Procedimentos Relatados	9	1	0	2	12

**CONCLUÍDOS**

<b>TIPO</b>	<b>SR/DPF/RO</b>	<b>DPF/JPR/RO</b>	<b>DPF/GMI/RO</b>	<b>DPF/VLA/RO</b>	<b>TOTAL</b>
Sindicância Investigativa	4	1	0	2	7
Processo Disciplinar	9	0	0	0	9
Total de Procedimentos Concluídos	13	1	0	1	16





## **5 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**

### **5.1 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa**

A programação orçamentária desta Unidade Gestora está vinculada à programação do Órgão Central, coordenada pela COF/DLOG/DPF que propõe a dotação orçamentária do Departamento de maneira total e única para integrar a proposta orçamentária do Ministério da Justiça. É também a COF/DLOG/DPF que acompanha a inclusão da proposta na PLOA e os valores aprovados e acolhidos na LOA, assim como a proposição ao Ministério da Justiça, de abertura de créditos (suplementares, especiais e extraordinários) de acordo com LDO e LOA.

Como as ações administrativas decorrem da definição do orçamento do DPF, a Coordenação de Orçamento e Finanças assessora o Diretor-Geral no estabelecimento de Cotas Orçamentárias de Custeio para todas as Unidades Gestoras do DPF, e o Dirigente Máximo as estabelece anualmente para a execução do orçamento.

Assim a proposta orçamentária do DPF leva em consideração os limites orçamentários de custeio estabelecidos para cada unidade que compõe a sua estrutura, para as principais naturezas de despesas de custeio, como: Diárias, Material de Consumo, Passagens e Despesas com locomoção, Outros Serviços – Pessoa Física, Locação de Mão-de-obra e Outros Serviços – Pessoa Jurídica. Para o ano de 2012 as cotas orçamentárias de custeio foram estabelecidas pela Portaria nº 2651/2011-DG/DPF, de 14 de outubro de 2011. Os créditos e os limites estabelecidos na citada Portaria destinaram-se à implantação, implementação e manutenção dos programas de trabalho a cargo das unidades centrais e descentralizadas do DPF, observadas as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e nos Planos de Metas Anuais da Direção-Geral e das respectivas Unidades para o exercício de 2012

Nesse contexto, ao longo do ano, os recursos necessários à execução orçamentária e financeira foram objetos de sub-repasses por meio de duodécimos mensais e periódicos pelo órgão central, principalmente referente às despesas de custeio.

Outras naturezas de despesas correntes estão vinculadas à gestão central do DPF, sendo repassadas a esta unidade a depender das necessidades apontadas durante o transcorrer do exercício e créditos solicitados.

### 5.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO VI – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

1. UG 200378							
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	30108	200378	301080927200890181	5.647,92	-	-
				301010612221122000	-	-	1.786,80
				3010106181207014LI	-	-	13.993,04
				301010642220708375	-	-	200,00
				301080612221122000	-	-	6.839.993,24
				301080630121122004	-	-	294,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos	30108	200378	301080612221122000	190.676,73	-	-
2. UG 200379							
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	30909	200379	309090612520702679	-	-	153.969,99
				309090612821124572	-	-	35.720,42
				3090906181066214M4	-	-	285.099,50
				3090906181207020IC	-	-	31.698,58
				309090618120702726	-	-	2.161.100,42
				309090618120704679	-	-	2.678,14
				309090642120702720	-	-	504.189,84
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos	30909	200379	309090618120702586	12.858,00	-	-
				309090618120702726	993,98	-	-
				309090618120708979	67.728,95	-	-
				309090618120708980	204.317,14	-	-

## 5.1.2 Execução Orçamentária da Despesa

### 5.1.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

#### 5.1.2.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO VII – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$  
1,00

<b>UG 200378</b>				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>				
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	4.922.205,52	5.240.942,75	4.634.718,06	5.190.733,14
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>				
e) Dispensa	651.872,86	588.368,57	627.780,32	588.368,57
f) Inexigibilidade	128.045,98	109.945,66	128.045,98	109.945,66
<b>3. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>				
g) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
h) Diárias	240.014,27	170.710,96	240.014,27	170.710,96
<b>4. Outros</b>	253.501,19	330.563,64	253.501,19	330.563,64
<b>5. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>6.195.639,82</b>	<b>6.440.531,58</b>	<b>5.884.059,82</b>	<b>6.390.321,97</b>
<b>UG 200379</b>				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>6. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>				
a) Pregão	198.646,40	12.151,56	198.646,40	12.151,56
<b>7. Contratações Diretas (g+h)</b>				
b) Dispensa	13.987,22	6.000,00	13.987,22	0,00
<b>8. Regime de Execução Especial</b>				
c) Suprimento de Fundos	586.243,08	594.907,99	586.243,08	594.907,99
<b>9. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>				
d) Pagamento em Folha	NA	NA	NA	NA
e) Diárias	2.172.136,52	1.844.431,65	2.172.136,52	1.844.158,39
<b>10. Outros</b>	56.771,20	0,00	56.771,20	0,00
<b>11. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>3.027.784,72</b>	<b>2.788.054,84</b>	<b>3.027.784,72</b>	<b>2.451.217,94</b>

Fonte: Siafi Gerencial

### 5.1.2.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO VIII – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – UG TESOURO (200378)

DESPESAS CORRENTES									Valores em R\$ 1,00
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>									
08- Outros Benefícios Assistenciais	5.647,92	7.885,99	5.647,92	7.885,99	0,00	0,00	5.647,92	7.885,99	
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>									
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	4.962.311,43	7.112.530,54	4822524,50	5.836.511,98	379.801,20	255.738,06	5.333.008,08	4.600.245,55	
14-Diárias – Pessoal Civil	240.014,27	197.103,37	240.014,27	197.103,37	0,00	0,00	240.014,27	197.103,37	
30-Material de Consumo	1.135.055,29	1.851.908,21	822.063,58	1.186.056,82	312.991,71	665.851,39	822.063,58	1.186.056,82	
33-Passagens e despesas com locomoção	549.974,23	327.545,27	510.156,90	304.654,70	39.817,33	22.890,57	510.156,90	304.654,70	
36-Outros serviços de terceiro – P. Física	26.919,84	26.919,84	26.919,84	26.919,84	0,00	0,00	26.919,84	26.919,84	
37- Locação de mão-de-obra	2.764.152,51	2.438.220,68	2.764.152,51	2.438.220,68	0,00	0,00	2.577.262,15	2.388.011,07	
39-Outros serviços de terceiro – P. Jurídica	1.959.458,74	1.948.231,37	1.599.364,49	1.695.305,18	360.094,25	252.962,19	1.474.674,85	1.695.305,18	
47-Obrigações Trib. Contributivas	65.330,75	32.427,88	45.623,80	29.652,01	19.706,95	2.775,87	45.623,80	29.652,01	
92-Despesas de exercícios anteriores	12.558,63	40.305,47	12.558,63	40.305,47	0,00	0,00	12.558,63	40.305,47	
93-Indenizações e restituições	160.810,80	249.868,45	160.810,80	249.868,45	0,00	0,00	160.810,80	249.868,45	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
<b>4 – Investimentos</b>									
51- Obras e Instalações	244.652,85	0,00	0,00	0,00	244.652,85	0,00	0,00	0,00	
52-Equip. e Material Permanente	203.534,73	658.156,24	13.975,00	327.691,51	189.559,73	330.464,73	13.975,00	327.691,51	

QUADRO IX – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – UG FUNAPOL (200379)

DESPESAS CORRENTES									Valores em R\$ 1,00
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>									
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>									
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>2.999.397,50</b>	<b>2.651.973,90</b>	<b>2.999.397,50</b>	<b>2.484.125,85</b>	<b>0,00</b>	<b>167.848,05</b>	<b>2.999.397,50</b>	<b>2.314.403,90</b>	
14-Diárias – Pessoal Civil	2.172.489,92	1.844.431,65	2.172.489,92	1.844.431,65	0,00	0,00	2.172.489,92	1.844.431,65	
30-Material de Consumo	342.512,71	343.610,65	342.512,71	175.762,60	0,00	167.848,05	342.512,71	175.762,60	
33-Passagens e despesas com locomoção	55.578,59	0,00	55.578,59	0,00	0,00	0,00	55.578,59	0,00	



36-Outros serviços de terceiro – P. Física	235.125,00	267.775,00	235.125,00	267.775,00	0,00	0,00	235.125,00	267.775,00
39-Outros serviços de terceiro – P. Jurídica	171.083,48	169.721,95	171.083,48	169.721,95	0,00	0,00	171.083,48	169.721,95
47-Obrigações Trib. Contributivas	18.919,00	10.697,37	18.919,00	10.697,37	0,00	0,00	18.919,00	10.697,37
92-Despesas de exercícios anteriores	2.618,82	15.737,28	2.618,82	15.737,28	0,00	0,00	2.618,82	15.737,28
93-Indenizações e restituições	1.069,98	0,00	1.069,98	0,00	0,00	0,00	1.069,98	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>4 – Investimentos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
51-Obras e Instalações – Op. Int. Orç	27.393,24	6.000,00	27.393,24	0,00	0,00	6.000,00	27.393,24	0,00
52- Equip. e Material Permanente	993,98	151.602,16	993,98	0,00	0,00	151.602,16	993,98	0,00

### 5.1.2.1.3 Análise crítica

Toda a execução orçamentária da SR/DPF/RO é realizada por meio de créditos recebidos por movimentação interna, visto que atuamos somente na execução orçamentária. Assim todo o crédito recebido, seja para despesas correntes ou de capital foi utilizado para a consecução dos trabalhos desenvolvidos rotineiramente, para custeio das atividades de suporte, como gestão das contratações de atividades de suporte, como vigilância, limpeza e conservação, recepção, manutenção predial e outros, principalmente realizadas por intermédio da ação 2000.

No que se referem às despesas correntes estas totalizaram R\$ 7.961.708,93 (sete milhões novecentos e sessenta e um mil setecentos e oito reais e noventa e três centavos) no exercício de 2012. Este montante é suficiente apenas para atender o pagamento de diárias e dos contratos já assinados com seus fornecedores, sem ampliação, não atendendo assim a demanda existente tanto de novos contratos como de aditivos para os já existentes.

A demanda crescente por servidores administrativos teve reflexos negativos na atuação da Superintendência área-meio, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos. Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará, os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos para o melhor cumprimento das missões da Polícia Federal.

## 6 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

### 6.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

#### 6.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

O **Quadro** abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2012, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados.

QUADRO X - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$  
1,00

UG 200378				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	50.209,61	50.209,61	0,00	0,00
2010	36.344,00	36.344,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.274.908,95	264.926,43	1.009.982,32	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
UG 200379				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	273,26	273,26	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	325.450,21	6.881,42	318.568,79	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

#### 6.1.2 Análise Crítica

Devemos levar em consideração as metas inscritas em Restos a Pagar, tendo em vista que isso gera diferenças nos resultados, sem que essas metas cumpridas sejam consideradas no seu exercício ou no exercício de sua conclusão. Nesse contexto, justifica-se a inscrição em 2011 dos valores em restos a pagar processados e não processados em face do contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridas no exercício, imposto diretamente pelo Governo Federal e indiretamente pela Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF incorrendo assim em consequências sobre os resultados planejados.

## 6.2 Suprimento de Fundos

### 6.2.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constantes nos Decretos números 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, Instrução Normativa (IN) n° 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria n° 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

No âmbito do Departamento de Polícia Federal – DPF a Instrução Normativa n° 49/2011/DG/DPF publicada em 21 de Dezembro de 2011 regula a concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares do órgão. Da qual constam orientações voltados para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais adiantamentos, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Além da legislação citada acima, destacamos as orientações constantes da MACROFUNÇÃO 021121 - SUPRIMENTO DE FUNDOS, observadas por esta Regional.

Na UJ sob análise, ocorreu decréscimo de 1,6% das despesas pagas mediante suprimento de fundos em relação ao ano de 2011.

#### 6.2.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO XI – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
200379	SR/DPF/RO	NA	386.143,74	199.099,34	585.243,08
	<b>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</b>		386.143,74	199.099,34	585.243,08

Fonte: Siafi

#### 6.2.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO XII - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG	200379	Limite de Utilização da UG	24.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
HILTON CAMPOS DE FRANÇA FILHO	139.379.362-20	8.000,00	1.540,00	5910,63	7.450,63
ROSILENE DE SOUZA MEDEIROS FERREIRA	658.879.056-20	8.000,00	520,00	3.075,55	3.595,55
NOÉ MARINHO FALCÃO FILHO	015.435.472-49	8.000,00	1.540,00	6451,47	7.991,47
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>3.600,00</b>	<b>15.437,65</b>	<b>19.037,65</b>

### 6.2.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

O Quadro abaixo contempla a despesa consolidada com suprimento de fundos realizada com a utilização da Conta Tipo “B” e do cartão de crédito corporativo

QUADRO XIII – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$  
1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						Total (R\$) (a+b+c)
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012	NA	NA	572	386.143,74	65	199.099,34	585.243,08
2011	NA	NA	527	421.148,34	66	173.759,65	594.907,99
2010	NA	NA	182	315.099,64	85	275.877,01	590.976,65

Fonte: Siafi

### 6.2.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

O Quadro abaixo contempla a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos despendidos via suprimento de fundos, abrangendo as prestações de contas referentes à aplicação realizada pelo suprido (Conta Tipo “B”) e pelo Portador do CPGF, do exercício de referência do Relatório de Gestão e dos dois exercícios imediatamente anteriores, conforme exige a legislação em vigor.

QUADRO XIV - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	34	586.243,08	32	594.907,99	51	761.822,23

Fonte: SIAFI GERENCIAL

### 6.2.1.5 Análise Crítica

Na aplicação de suprimento de fundos, os supridos são orientados a:

- 1) Observar as condições e os preços mais vantajosos para o DPF;
- 2) Aplicar os recursos, obrigatoriamente, dentro do prazo estabelecido;
- 3) Prestar as contas, obrigatoriamente, até a data estipulada;



- 4) Utilizar o Cartão de Pagamento Modalidade Fatura, na modalidade crédito, evitando a utilização do saque; o cupom referente à aquisição com cartão deverá ser anexado ao documento fiscal comprobatório;
- 5) Os saques, quaisquer que sejam e por serem casos de exceção, devem ser, obrigatoriamente, com prévia autorização do Ordenador de Despesa, justificados na prestação de contas; o Ordenador de Despesa autorizou que você utilize até 0% do valor total concedido; a data da emissão da nota fiscal tem que ser igual ou posterior ao saque;
- 6) Sobras de saques devem ser devolvidas, obrigatoriamente, via GRU para UG 200378 com código 68808-8, até o prazo da comprovação das despesas; usar o número do SF como Número de Referência;
- 7) Os documentos comprobatórios das despesas devem, obrigatoriamente:
  - constar, claramente, a discriminação do serviço prestado ou do material fornecido, a fim de possibilitar o conhecimento da despesa efetivamente realizada;
  - serem apresentados por nota/fatura fiscal ou cupom fiscal; (verificar a data limite para emissão da Nota Fiscal);
  - serem atestados (carimbo padrão, com data, nome legível, matrícula e assinatura) por outro servidor, diferente do suprido, que conheça as despesas realizadas e a necessidade das mesmas;
  - ser organizados em ordem cronológica;
  - emitidos em nome da SR/DPF/RO, com CNPJ: 00.394.494/0038-28, com exceção nos casos em que essa identificação possa trazer prejuízo ao andamento das operações policiais;
  - conter o recibo de quitação da despesa (pago, recebido etc.) assinado pelo fornecedor;
  - Nas despesas com serviços de manutenção de bens patrimoniais, informar o número do patrimônio;
  - Nas despesas com veículos, informar placas e hodometro;
- 8) Toda e qualquer aquisição de material deve ser precedida de consulta ao NAD/SELOG/SR/DPF/RO para verificação da existência em estoque; o parecer do responsável pelo NAD deve, obrigatoriamente, constar na prestação de contas atestando a não existência do material ou de licitação em andamento na época da aquisição;
- 9) Toda e qualquer despesa com prestação de serviços deve ser precedida de consulta ao SELOG/SR/DPF/RO para verificação da existência de contrato que atenda ao serviço requerido; o parecer do responsável pelo SELOG deve, obrigatoriamente, constar na prestação de contas atestando<sup>1</sup> a não existência do serviço ou de licitação em andamento na época da aquisição;
- 10) Evitar despesas com direcionamento a determinados fornecedores, pois constitui afronta ao princípio da impessoalidade;
- 11) Evitar que no mesmo documento comprobatório da despesa tenha natureza de serviço e material; se isso acontecer, o valor referente a cada natureza deve ser inserido no Demonstrativo de Receitas e Despesas correspondente;
- 12) No pagamento de despesa referente à prestação de serviços, observar a legislação tributária vigente, informando ao Ordenador de Despesas, no primeiro dia útil do mês subsequente, o montante da despesa efetuada com contratação de serviços, para que seja providenciado o recolhimento do ISS, IRRF e ao INSS da contribuição devida. Na impossibilidade de realizar as retenções, apresentar justificativas: ou o prestador de serviço comprove/declare por escrito que, no mês da incidência, já tenha contribuído com o valor do teto para as retenções do INSS, ou a retenção comprometa a investigação ou operação policial; nesse caso a comprovação da despesa realizada far-se-á mediante declaração firmada pelo suprido, atestada pelo chefe de unidade, quando este não for o responsável pela aplicação do suprimento de fundos;

13) Na aplicação do suprimento de fundos devem ser observadas as condições e finalidades previstas no ato da concessão, vedada destinação para finalidade que não esteja nele prevista.

**Nas Prestações de Contas observamos se estão contemplados:**

- 1) Demonstrativo de Receita e Despesas, para cada elemento de despesa, assinadas e datadas pelo suprido, com a relação e soma dos gastos em ordem cronológica, e a devida classificação contábil, com elemento e subitem de despesa. Utilizar o Plano de Contas da União (disponível em [WWW.stn.fazenda.gov.br](http://WWW.stn.fazenda.gov.br));
- 2) Documentos fiscais comprobatórios das despesas efetuadas, na mesma ordem do Demonstrativo de Receita e Despesas;
- 3) Originais da GRU da devolução de valores e do comprovante bancário do pagamento, se for o caso;
- 4) Comprovantes dos saques efetuados no período e as devidas justificativas ao Ordenador de Despesas; indicar a nota fiscal referente a cada saque;
- 5) Atesto da não existência do material adquirido no NAD na data da aquisição, se for o caso;
- 6) Atesto da não existência de contrato de serviço pelo SELOG na data da execução, se for o caso.
- 7) Cópia do memorando informando ao Ordenador de Despesas as retenções tributárias dos pagamentos de despesas referente à prestação de serviços, no primeiro dia útil do mês subsequente, para que seja providenciado o recolhimento do ISS, IRRF e INSS.

O Ordenador de Despesas apurará responsabilidades nos casos em que o suprido cometer irregularidades na aplicação do seu suprimento de fundos, processo de Tomada de Contas Especial, sem prejuízo de outras providências administrativas para apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis, em especial nos seguintes casos:

- Prestar contas fora do prazo estabelecido;
- Sacar recursos além do autorizado;
- Manter a posse de recursos sacados além do prazo estabelecido;
- Adquirir bens ou serviços não permitidos;
- Não atentar para as retenções tributárias conforme legislação vigente.

## 7 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

### 7.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 7.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

O Quadro a seguir demonstra as situações que reduzem a força de trabalho da UJ. São situações que caracterizam a ausência momentânea do servidor da UJ, conforme previsões legais. A fundamentação legal utilizada foi a Lei 8.112/90.

QUADRO XV – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>06</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	05
1.2. Exercício de Função de Confiança	01
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	00
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>00</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	00
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	00
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	00
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>15</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	08
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	01
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	00
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	03
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	03
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>16</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	13
4.2. Capacitação	03
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>00</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	00
5.2. Serviço Militar	00
5.3. Atividade Política	00
5.4. Interesses Particulares	00
5.5. Mandato Classista	00
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>00</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>74</b>

Fonte: SIAPE

## 7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

O Quadro abaixo identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UJ.

QUADRO XVI – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	04	04	00	00
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	04	04	00	00
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	00	00	00	00
1.2.4. Sem Vínculo	00	00	00	00
1.2.5. Aposentados	00	00	00	00
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>23</b>	<b>23</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	23	23	00	00
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	00	00	00	00
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>00</b>	<b>00</b>

Fonte: SIAPE

### 7.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

A seguir, em forma de percentual resumimos o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo da UJ em 31 de dezembro de 2012.

QUADRO XVII – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,7%</b>	<b>1,8%</b>	<b>2,9%</b>	<b>12,8%</b>	<b>71,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,0%</b>
1.1. Servidores de Carreira	0,0%	0,7%	1,8%	2,9%	12,8%	71,4%	0,0%	0,4%	0,0%
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>1,8%</b>	<b>8,1%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
2.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%
2.2. Funções Gratificadas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	6,6%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,7%</b>	<b>1,8%</b>	<b>2,9%</b>	<b>14,7%</b>	<b>79,5%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,0%</b>

#### LEGENDA

##### Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/SR/DPF/RO



### 7.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal da UJ está demonstrada conforme dados a seguir, onde estão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal por tipologia de servidores e de cargos, exercícios 2010, 2011 e 2012.

QUADRO XVIII - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2012	27.734.924	5.052	4.598.773	1.007.824	1.025.103	705.553	0,00	12.655	114.291	<b>35.204.175</b>
	2011	29.001.212	10.733	4.735.763	990.881	1.085.712	632.630	0,00	0,00	63.470	<b>33.520.401</b>
	2010	29.495.807	7.919	4.635.019	1.018.770	1.166.542	298.480	0,00	16.683	76.584	<b>36.715.704</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2012	75.183	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>75.183</b>
	2011	65.484	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>65.484</b>
	2010	73.067	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>73.067</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2012	70.631	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>70.631</b>
	2011	69.677	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>69.677</b>
	2010	69.550	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>69.550</b>

Fonte: SIAPE

### 7.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

A composição do quadro de servidores inativos e pensionistas da UJ somente deverá ser preenchida por aquelas que detenham, entre as suas unidades administrativas, a unidade responsável pela gestão do cadastro de servidores inativos e pensionistas. As informações sobre o Quadro de Servidores Inativos devem ser prestadas considerando dois quadros a seguir: o primeiro compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão.

---

#### 7.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

---

Os dados a seguir refletem o regime de aposentadoria e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de referência, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria.

QUADRO XIX - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>04</b>	<b>02</b>
1.1 Voluntária	04	02
<b>2. Totais (1+2)</b>	<b>04</b>	<b>02</b>

Fonte: SIAPE e CONTROLE DO SRH/SR/RO

---

#### 7.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

---

O controle do Setor de Recursos Humanos é realizado via SIAPENET, onde a Receita Federal via CPF detecta a duplicidade de vínculos e imediatamente manda o batimento para o SIAPENET. Atualmente não há acumulação indevida de cargos, funções e/ou empregos públicos no âmbito desta Jurisdicionada.

---

#### 7.1.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

---

Em conjunto com o Setor de Atendimento Médico, o SRH local coordena as licenças por motivo de doença, bem como convoca os servidores para as perícias médicas periódicas. Quanto aos acidentes de trabalho, a Corregedoria local é a responsável pela apuração de sindicâncias. A avaliação do desempenho funcional está distribuída: Policiais: Avaliação de Estágio Probatório e Avaliação para fins de promoção e; Administrativos: Avaliação de Estágio Probatório, Avaliação para fins de Gratificação de Desempenho e Avaliação para fins de Promoção.

Em síntese, vejamos:

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais**

Nenhum caso de LER e tivemos um processo Especial de Acidente em Serviço concluído em 2012.

- **Rotatividade (turnover)**

Em 2012, tivemos o ingresso de 11 (onze) servidores Policiais nomeados por concurso público, 15 (quinze) servidores desligados por remoção, 02 (dois) servidores ingressaram também por remoção, 01 (uma) exoneração, 01 (uma) vacância e 04 (quatro) aposentadorias.

- **Educação Continuada**

Foram capacitados mediante processo T&D/SR/DPF/RO 12 servidores em atividades específicas da área-meio, total de despesas com inscrições/matrículas correspondeu a R\$ 35.010,00.

As informações referentes às capacitações das atividades da área-fim serão informadas pelo órgão Central – DGP.

- **Disciplina**

Sob coordenação da Corregedoria Regional da SR/DPF/RO, mediante o desenvolvimento de critérios para aplicação com futura avaliação de desempenho. Em 2012, foram instaurados 7 (sete) Procedimentos Administrativos Disciplinares (4 sindicâncias investigativas, 1 Sindicância

Patrimonial e 2 Processos Disciplinares). Foram concluídos, no mesmo período, 16 Procedimentos (7 Sindicâncias Administrativas e 9 Processos Disciplinares).

- **Aposentadoria *versus* reposição do quadro.**

Não ocorreu no exercício reposição de servidores para suprir as vagas das aposentadorias e demandas de trabalhos, principalmente na área meio.



## 7.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

### 7.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

A seguir estão sintetizados os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2012.

QUADRO XX - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE RONDÔNIA													
UG/Gestão: 200378/1							CNPJ: 00.394.494/0038-28						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	011/2009	07.436.461/0001-50	01/01/2010	31/12/2013	35	32					A
2010	V	O	009/2009	02.576.238/0004-38	01/01/2010	31/12/2013	16	12					A

**LEGENDA**  
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Gestão de Contratos/SELOG/SR/DPF/RO

## 7.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

A seguir os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2012. Excetuam-se deste quadro os contratos relativos à Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que foram tratados no quadro anterior.

QUADRO XXI - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE RONDÔNIA													
UG/Gestão: 200378/1						CNPJ: 00.394.494/0038-28							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2010	9	O	001/2010	04.844.192/0001-73	07/01/2010	31/12/2013			20	14			A
2011	5	O	007/2011	34.724.773/0001-32	14/03/2011	31/12/2013			20	18			A
2011	4	O	009/2011	07.436.461/0001-50	22/03/2011	21/03/2012	01	01					A
2011	7	O	009/2011	07.436.461/0001-50	22/03/2011	21/03/2012			01	01			A
2011	12	O	009/2011	07.436.461/0001-50	22/03/2011	21/03/2012			01	01			A

**Observações:** Na área de Informática em 2011 e 2012 temos contrato de Gerenciamento de incidentes, com suporte técnico remoto e presencial (Service Desk) a usuários nos termos da Instrução Normativa nº 4, de 19 de maio de 2008, que dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, não se tratando, portanto de locação de mão-de-obra.

<p><b>LEGENDA - Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Segurança;</li> <li>2. Transportes;</li> <li>3. Informática;</li> <li>4. Copeiragem;</li> <li>5. Recepção;</li> <li>6. Reprografia;</li> <li>7. Telecomunicações;</li> <li>8. Manutenção de bens móveis</li> <li>9. Manutenção de bens imóveis</li> <li>10. Brigadistas</li> <li>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</li> <li>12. Outras</li> </ol>	<p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p><b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
---	--

Fonte: Gestão de Contratos/SELOG/SR/DPF/RO



### 7.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

O detalhamento abaixo visa demonstrar a composição do quadro de estagiários da UJ, contemplando os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ, área fim ou meio.

QUADRO XXII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>10</b>	<b>09</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	63.223
1.1 Área Fim	10	09	11	11	
1.2 Área Meio	00	00	01	01	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>08</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	56.279
2.1 Área Fim	00	00	05	05	
2.2 Área Meio	08	11	16	18	
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>18</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>35</b>	

Fonte: SIAPE e CONTROLE PELO SRH/SR/RO

## 8 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

### 8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A utilização e manutenção da frota de veículos no âmbito desta UJ se norteia pelos preceitos da Instrução Normativa nº 183 de 08 de setembro de 1986, que trata da uniformização de procedimentos quando da ocorrência de acidente de trânsito, envolvendo veículos terrestres automotores oficiais dos Órgãos Integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, cominado com a Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências e Instrução Normativa nº 03/2009-DG/DPF que disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle de uso dos veículos do DPF e dá outras providências, alterada pela Instrução Normativa nº 34/2010-DG/DPF, de 2 de julho de 2010.

Não há pela SR/DPF/RO utilização de veículos contratados de Terceiros.

A idade média da frota de propriedade desta UJ corresponde a 3 anos. Já a idade média do total de veículos a sua disposição da SR/DPF/RO, incluídos os próprios e os apreendidos com autorização judicial de uso é de 4 anos.

Do total de veículos (próprios e autorizações de uso) a disposição desta UJ, 61% correspondem à frota de veículos próprios.

Das despesas realizadas e associadas à frota desta Regional, **R\$ 65.675,60** foram empregados na regularização dos documentos junto aos órgãos de trânsito, sendo R\$ 28.090,88 para pagamento de seguro obrigatório e R\$ 37.584,72 referentes ao licenciamento anual e taxa de bombeiros.

O desenvolvimento das atividades em todas as áreas de atuação da PF sejam elas judiciárias, investigativas, administrativas, dependem extremamente da utilização dos veículos que compõem a frota desta Superintendência. Especialmente, se considerados a vastidão da área territorial a ser coberta, o elevado percentual de rotas não pavimentadas nas áreas rurais de todo o Estado, as condições precárias das rotas “pavimentadas” nas áreas urbanas e ao longo das rodovias federais e

estaduais e antes as condições climáticas da região norte, ora a temperatura está extremamente elevada, ora a ocorrência de chuvas por pelo menos 6 meses no ano.

O cumprimento, em todo o Estado (áreas urbanas e rurais), de intimações, investigações, operações policiais e o deslocamento de pessoal e equipamentos da PF em Rondônia é desempenhado fazendo uso de sua frota veicular.

Para controle e acompanhamento dos gastos da frota da SR/DPF/RO, contratamos empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel/biodiesel e álcool) em rede de postos credenciados através de sistema (software) integrado para a captura eletrônica de dados – VALECARD e a TICKET, empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos, com fornecimento de peças e acessórios, transporte de guincho, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão da frota, ambos por meio de internet através de estabelecimentos credenciados. Os valores pagos com abastecimento corresponderam a R\$ 472.111,76 e R\$ 394.044,75 referiram-se aos serviços de manutenção realizados.

De 2005 a 2012 consolidamos no SISTEMA FROTA os custos operacionais por veículo. Referidos dados foram exportados para o sistema SIGEPOL em 2013, seguindo a padronização do DPF.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota a disposição desta UJ têm sido controlados mediante análise dos orçamentos apresentados comparados aos serviços já realizados, para conforme o caso eventual cobrança de garantia de serviço realizado e/ou peça trocada; consulta ao valor atual de mercado do veículo por meio do sítio da Fundação FIPE (tabela FIPE) e hodometro atual.

A apuração do custo operacional dos veículos no âmbito desta Jurisdicionada tem especial atenção dos seus gestores, já que constantemente procuramos aprimorar os nossos controles, visando identificar os que necessitam de reparos, os recuperáveis ou os passíveis de alienação/desfazimento que, comprovadamente, sejam classificados como antieconômicos, irrecuperáveis ou inservíveis.

Somam-se as despesas para manutenção da frota em 2012, R\$ 88.422,30 destinados à lavagem para conservação dos veículos.

A estimativa de quilômetros rodados da frota da SR/DPF/RO, todos os veículos, corresponde a 1.205.773 km, conforme dados extraídos do sistema VALECARD.

## 8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O Quadro a seguir permite a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2012 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens.

QUADRO XXIII – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	RO	12	12
	Porto Velho	3	3
	Ji-Paraná	1	1
	Guajará-mirim	3	3
	Vilhena	2	2
	Pimenteiras	1	1
	Costa Marques	1	1
	Pimenta Bueno	1	1
Subtotal Brasil		12	12
Total (Brasil)		12	12

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET

### 8.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

O Quadro a seguir está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2012 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil.

QUADRO XXIV – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	RO	1	1
	Pimenta Bueno	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Total (Brasil)		1	1

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET

### 8.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

O Quadro a seguir discrimina os Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ e está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão.

QUADRO XXV – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção <sup>1</sup>
TESOURO 200378	0013.00044500-4	13	4	254.815,61	23/03/11	736.916,54		
	0005.00051.500-1	13	3	222.759,85	08/11/11	1.698.343,03	8.611,72	98.853,42
	0003.00416.500-9	12	4	237.087,27	23/03/11	869.677,69	97.029,24	243.911,24
	0001.00054.500-5 <sup>2</sup>	12	4	21.250,00	23/03/11	39.291,25		
	0003.00417.500-4	12	4	144.639,78	23/03/11	382.697,76		
	0003.00362.500-6	12	4	243.667,53	23/03/11	614.915,57		
	0013.00043.500-9	13	4	265.589,10	23/03/11	800.980,00	990,00	84.332,35
	0001.00200.500-8 <sup>2</sup>	12	4	30.020,00	26/04/11	50.020,00		
	0021.00032.500-0 <sup>2</sup>	12	4	20.020,00	26/04/11	-		
	0001.00206.500-0	12	4	150.000,00	26/04/11	864.585,20		50.102,95
<b>Total</b>							<b>105.650,86</b>	<b>477.199,96</b>

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET

<sup>1</sup> Os valores apresentados referem-se aos gastos com manutenção predial envolvendo as funções de eletricitista de alta e baixa tensão, ajudante de oficial e oficial de manutenção juntamente com os insumos utilizados, dentre outros e;

<sup>2</sup> Refere-se a terreno.

Os gastos realizados em 2012 com a manutenção de tais imóveis próprios foi de R\$ **477.199,96** e com as instalações foi de R\$ **105.650,86**. Esta Unidade possui contratos vigentes de locação de mão-de-obra nas funções de oficial e ajudante de oficial para rotinas de manutenção predial (rede hidráulica, instalações físicas, dentre outras), eletricitista de alta e baixa tensão (rede elétrica) e serviços de jardinagem, todas adequadas às suas necessidades.

A gestão dos imóveis sob responsabilidade da UJ 200378 fica sob responsabilidade do Núcleo Administrativo - NAD/SELOG/SR/DPF/RO a quem compete o gerenciamento documental no SPIUNET; a gestão dos contratos de manutenção predial compete à GESCON – Gestão de Contratos e ao; GTED compete a fiscalização do contrato de manutenção predial.

## 9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

### 9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O Quadro a seguir permite de uma maneira geral analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

A unidade vem envidando esforços para corresponder à introdução de critérios ambientais, sociais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras, que tem por finalidade o desenvolvimento da sociedade em seu sentido amplo e a preservação de um meio-ambiente equilibrado.

QUADRO XXVI - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul> <p><b>As Licitações são realizadas de acordo com a Instrução Normativa nº 01/SLTI/MPOG, de 19/01/2010, que trata da sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas. Quando da aquisição de bens, são observados no mínimo os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- tratar-se de bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;</li> <li>- observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;</li> <li>- os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;</li> <li>- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).</li> </ul> <p><b>Na contratação de serviços, exigimos a CONTRATADA o cumprimento das práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, a seguir:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</li> <li>- adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;</li> <li>- fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</li> <li>- realização a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; e</li> <li>- respeito as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.</li> </ul>					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X



Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>					
<b>Sim. Exigência de certificação do INMETRO no edital de material de expediente</b>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
	Ainda não é possível avaliar				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>					
<b>Condicionadores de ar Split, gás ecológico r410, compressor com tecnologia inverter, selo do INMETRO com classificação de eficiência energética A;</b>					
<b>Papel A4 reciclado, para utilização em impressoras laser e jato de tinta, produzido com filme de tecnologia bopp biodegradável; Aquisição de pilha recarregável;</b>					
<b>Registro de preços para aquisição de refrigerador e lavadora de roupa com classificação de eficiência energética A;</b>					
<b>Lixeiras para coleta seletiva e;</b>					
<b>Toners remanufaturados.</b>					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					X
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>					
<b>Há alguns anos a Superintendência realiza anualmente procedimento licitatório para contratação de serviços específicos de recarga de cartuchos e toners, para utilização nos equipamentos fora da garantia.</b>					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>					
Por meio de comunicação oficial (memorando), reuniões periódicas e publicação de aviso na intranet.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.		X			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>					
<b>1) Campanha do Carbono Neutro com o plantio de 2.902 árvores nativas em 2010 e 2011;</b>					
<b>2) Comissão de Coleta Seletiva Solidária constituída nesta Regional.</b>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<b>Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos:</b> Considerando que a Comissão Permanente de Licitações e a Área de Gerenciamento de Contratos da SR/DPF/RO lidam diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, o questionário foi respondido por servidor lotado na CPL/SELOG/SR/DPF/RO.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Setor de Licitações/SELOG/SR/DPF/RO

## 9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O Quadro que segue apresenta a utilização de papel, energia elétrica e água da UJ ao longo dos anos, bem como demonstra que a UJ aderiu ao Programa Carbono NEUTRO ligado à temática sustentabilidade ambiental.

QUADRO XXVII – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$  
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Programa CARBONO NEUTRO	2010			Plantio de 1.301 mudas, replantio de 130, totalizando 1.431 mudas até 11/11/2010		
Programa CARBONO NEUTRO	2011			Plantio de 1.337 mudas, replantio de 134, totalizando 1.471 mudas até 11/11/2011		
Recurso Consumido	Quantidade (resmas, metro cúbico e quilowatt)			Valor em R\$		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Papel</b>	3.012	3.665	2.873	27.981,48	34.047,85	26.201,76
<b>Água</b>	6834	3833	3442	91.063,13	50.942,42	47.479,58
<b>Energia Elétrica</b>	1.298.493	1.278.713	1.331.945	602.586,29	517.155,89	486.793,54
			<b>Total</b>	721.630,90	602.146,16	560.474,88

Fonte: Consultas ao SELOG/SR/DPF/RO e NUMAT/SR/DPF/RO

Para o Programa CARBONO NEUTRO foi adotado o índice de 1,7 mudas de árvores para cada tonelada de emissão de carbono.

Em 2012 o Programa CARBONO NEUTRO foi suspenso considerando tratar-se de ano eleitoral, com elevada demanda de trabalho e reduzido efetivo.

## 10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

### 10.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 10.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

O Quadro abaixo compreende o conjunto servidores públicos obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR, discriminando as quantidades de titulares de cargos e de funções obrigados ao cumprimento da exigência do art. 1º da referida Lei.

QUADRO XXVIII – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	4	4	NA
	Entregaram a DBR	4	4	NA
	Não cumpriram a obrigação	NA	NA	NA
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	NA	NA	NA
	Entregaram a DBR	NA	NA	NA
	Não cumpriram a obrigação	NA	NA	NA
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	23	23	NA
	Entregaram a DBR	23	NA	NA
	Não cumpriram a obrigação	NA	NA	NA

Fonte: Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/RO

#### 10.1.2 Análise Crítica

De acordo com o contido no § 3º do art. 1º da portaria interministerial MP/CGU nº 298 ,de 6 de setembro de 2007, “uma vez autorizado o acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física, na forma de inciso i deste artigo, não haverá necessidade de renovação anual”. Portanto, todos os servidores nomeados para cargos comissionadas no âmbito desta Unidade, assinam a autorização de acesso à declaração de bens e rendas e suas alterações, sendo, portanto, desobrigados de apresentá-la ao final do exercício de tal cargo.

Ante a inexistência de sistema informatizado para o controle da entrega de Declarações de Bens e Rendas e de autorizações, o Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/RO mantém rigoroso controle através de planilha atualizada diariamente através da leitura dos Boletins de Serviço, Diário Oficial da União, para conhecimento de aposentadorias, nomeações, demissões, reconduções, referente aos servidores lotados no âmbito da UJ.

---

## 10.2 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV


---

### QUADRO XXIX – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

#### DECLARAÇÃO

Eu, ROCILDA ANTONIA DE ALENCAR, CPF nº 56916272287, cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, exercido na SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE RONDÔNIA, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Velho-RO, 04 de março de 2013.

  
**Rocilda Antonia de Alencar**  
CPF nº 56916272287  
Agente Administrativo –  
Matricula 11999/SR/DPF/RO



## 11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

### 11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

#### 11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Em relação à aplicação dos dispositivos contidos na **NBC T 16.9**, a UJ realiza a depreciação de bens móveis elencados no Manual SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.03.30, por meio da ferramenta GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (e-LOG), pelo método linear. Quanto aos demais bens não previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30 e a amortização, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação. Não há bens sujeitos a exaustão.

**Quanto à aplicação da NBCT 16.10**, a UJ realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da comissão de avaliação instituída por meio da Portaria nº 640/2012 GAB/SR/DPF/RO de 29/11/2012, com objetivo de realizar a reavaliação e/ou redução ao valor recuperável dos bens patrimoniais, quais sejam, Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, Materiais e Equipamentos de Natureza Industrial registrados sob responsabilidade desta Unidade, em conformidade com as orientações da referida macrofunção e da MOC 11/2011 – DLOG/DPF. Quanto às demais contas patrimoniais não previstas no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação.

**A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão** é a definida no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, LINEAR.

**As taxas utilizadas para os cálculos** foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30.

**A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido** foi a prevista no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e na MOC 11/2011 – DLOG/DPF. Além disso, foi utilizado a seguinte metodologia:

**1. A mensuração dos Valores Contábeis dos bens correspondentes, por meio de uma das seguintes técnicas: o valor monetário do bem respectivo no mercado local ou o provável valor de revenda do mesmo, conforme orientações constantes do Anexo I da MOC 011/2011.**

**Exemplo da metodologia adotada:**

TOMBO	DESCRIÇÃO	VALOR HISTÓRICO	VALOR ATRIBUÍDO	REAVALIAÇÃO /REDUÇÃO	DATA TOMBO	DATA REAVALIAÇÃO	TOTAL DE MESES	VLR. RESIDUAL	VALOR DEPRECIÁVEL	VLR. DEPREC. MES	VIDA UTIL REMANESCENTE MÊS	CLASSIFICAÇÃO B,O,R,A e I
2010296037	DESUMIFICADOR DE AR	700,00	380,00	320,00	22/5/2007	20/12/2012	67	38,00	342,00	1,98	173	B



**O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício:**

NBC T 16.9. Sob o ponto de vista contábil, a depreciação gerou uma variação passiva não orçamentária na Demonstração das Variações Patrimoniais. Sob o ponto de vista gerencial, a depreciação evidencia a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, fornecendo uma base monetária mais confiável para efeito de tomada de decisões.

NBC T 16.10. Quanto à avaliação, sob o ponto de vista contábil, o registro da avaliação, considerando a mudança de critérios contábeis previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, foi realizado diretamente a conta Ajustes de Exercícios Anteriores do Patrimônio Líquido. Sob o ponto de vista gerencial, a avaliação busca garantir a confiabilidade da base monetária dos itens avaliados, a fim de espelhar o valor justo para a tomada de decisões.

---

---

## **11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis**

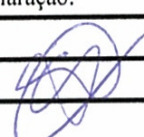
---

---

### **11.2.1 Declaração com Ressalva**

---

QUADRO XXX - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDONIA - SR/DPF/RO			200378 - 200379
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b>, em relação à UG 200378, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília /DF	<b>Data</b>	31/01/2013
<b>Contador Responsável</b>	CHEILA ANDRADE MEDEIROS 	<b>CRC nº</b>	DF-015371/O-4

## 12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

### 12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Os itens tratados até aqui abordam o conteúdo obrigatório a ser apresentado pela SR/DPF/RO. Os subitens a seguir por sua vez destinam-se as informações relevantes e não contempladas nos itens e subitens anteriores.

#### 12.1.1 Operações policiais de destaque

PRINCIPAIS OPERAÇÕES EM 2012												
SEQ	Identificação Operação	Assunto	Efetivo Policial		Servidor Administrativo N°	Servidor outro órgão N°	Servidor N°	Abrangência Territorial	Prisões		Mandados de Busca e Apreensão	Execução em
			Investigação	Execução					Preventiva	Temporária		
1	<b>VORTICE</b>	Desarticulou quadrilha que agia na prefeitura de porto velho com o objetivo de fraudar licitações em benefício de empresas de aluguel de horas máquinas, em especial na secretaria de obras.	10	140	2	6	158	Porto Velho/RO	9	9	31	06.12.12
2	<b>ENDEMIAS</b>	Desarticulou quadrilha que atuava na SEMPRE (secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais) com o objetivo de fraudar licitações, mas especificamente os serviços de saneamento realizados nos canais pluviais de Porto Velho.	2	16	0	8	26	Porto Velho/RO	3	0	6	06.12.12
3	<b>PRETÓRIO I e II</b>	Desarticulou quadrilha que fraudava o maior Precatório do Brasil, no âmbito do TRT/RO	8	150	0	0	158	Porto Velho/RO	2	5	5	NOV/DEZ/12
4	<b>ELDORADO</b>	Apoio a SR/DPF/MT na desarticulação de organização criminosa envolvida na extração e comercialização ilegal de ouro	2	60	0	0	62	MT, PA, RO, AM, SP, RJ, RS		8	11	06.11.12
5	<b>ESCAPE</b>	Desarticulou importante organização criminosa de tráfico de entorpecentes com atuação	3	20	0	2	25	Guajará-Mirim/RO	12	0	5	12.10.12

		interestadual										
6	<b>FRONTEIRA SUL</b>	Desarticulou quadrilha de atuação interestadual no cone sul do Estado de Rondônia	2	6	0	0	8	RO,MT, SP e MA	2	0	0	JUL/12
7	<b>CEREJEIRAS</b>	Desarticulou quadrilha de atuação interestadual atuante na região de Cerejeiras/RO.	2	8	0	0	10	Cerejeiras/RO	2	0	1	FEV/12
8	<b>RIO MACHADO</b>	Desarticulou organização criminosa envolvida no tráfico interestadual de drogas, que atuava a partir da região central do Estado de Rondônia.	6	45	0	0	6	RO e MA	13	0	6	05.09.12
9	<b>VOTO LIVRE</b>	Às vésperas das eleições, prendeu em flagrante o candidato a Vereador de Porto Velho/RO pelo crime de Corrupção Eleitoral, no momento em que o mesmo oferecia vantagens a estudantes universitários em sua residência em troca de votos.	2	8	0	0	10	Porto Velho/RO	0	1	1	07.09.12
10	<b>METAMORFOSE</b>	Cessou o furto de cartões de créditos, por funcionários de agências dos Correios, desviados para um grupo de estelionatários, associados a lojistas inescrupulosos, realizavam compras diversas e fraudavam as instituições financeiras.	6	130	0	0	136	Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Rio Branco/AC	7	11	30	08.11.12
11	<b>PANACÉIA</b>	Desarticulou quadrilha especializada em fraudar concursos vestibulares de Medicina.	6	35	2	0	43	Porto Velho/RO	0	13	0	28.05.12
12	<b>RIO DE OURO</b>	Desarticulou quadrilha especializada extração irregular de ouro e inserção do metal no sistema financeiro	5	23	0	0	28	Porto Velho/RO/ Apuí/AM e Jacareacanga/PA	0	5	8	08.03.12
<b>TOTAL</b>			<b>54</b>	<b>641</b>	<b>4</b>	<b>16</b>	<b>715</b>	<b>-</b>	<b>50</b>	<b>52</b>	<b>104</b>	<b>-</b>

### 12.1.2 Estatísticas da Perícia Criminal e Papiloscópica

O Setor Técnico Científico (SETEC), responsável pelas perícias criminais, com uma unidade na Delegacia de Vilhena (UTEC/VLA), atendeu a diversas solicitações de exame, oriundas tanto da Superintendência quanto das Delegacias descentralizadas, bem como foram realizados exames requeridos pelo Poder Judiciário e, ainda, exames solicitados por diversos órgãos externos. Foram realizados auxílios para a perícia criminal estadual, notadamente, nas áreas de Balística, de Química Forense e Documentoscopia.

No que se refere à produção de laudos periciais criminais, a perícia criminal apresentou os seguintes resultados:

ÁREA DE EXAME	UNIDADE	
	SETEC/SR/DPF/RO	UTEC/VLA
Perícias Contábeis e Financeiras	5	3
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	17	14
Perícias de Engenharia	14	0
Perícias de Informática	349	0
Perícias de Local	26	4
Perícias de Meio Ambiente	136	57
Perícias de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	1	0
Perícias de Química Forense	93	13
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	11	0
Perícias de Veículos	9	86
Perícias Documentoscópicas	110	52
Perícias Eletroeletrônicas	28	0
Perícias Merceológicas	11	16
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>810</b>	<b>245</b>

As principais atividades realizadas e relacionadas à Papiloscopia seguem resumidas abaixo.

#### Consultas ao sistema de informações criminais

UNIDADE	2012
SR/DPF/RO	4.965
DPF/JP/RO	6.960
<b>TOTAL</b>	<b>11.925</b>

#### Inclusões de Prontuários de identificação criminal

UNIDADE	2012
SR/DPF/RO	755
DPF/JP/RO	614
DPF/GMI/RO	0
DPF/VLA/RO	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.369</b>

Emissões de folhas de antecedentes criminais

UNIDADE	2012
SR/DPF/RO	819
DPF/JPN/RO	567
DPF/GMI/RO	0
DPF/VLA/RO	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.386</b>

As dificuldades enfrentadas no exercício de 2012 referem-se essencialmente ao efetivo reduzido. Nas Delegacias de Guajará-Mirim e Vilhena não haviam Papiloscopistas lotados no período citado.

## 12.2 Atividades de polícia administrativa

### 12.2.1 Imigração e Passaporte

a) solicitações de confecção de passaportes durante o ano de 2012:

UNIDADE	QUANTIDADE
SR/DPF/RO	4.091
DPF/JPN/RO	2.548
DPF/GMI/RO	212
DPF/VLA/RO	1.111
<b>TOTAL</b>	<b>7.962</b>

b) requerimentos de fluxo migratório internacional, pedidos de registro, naturalização e permanência de estrangeiros, além de ocorrências de documentos de viagem:

UNIDADE	QUANTIDADE
SR/DPF/RO	0
DPF/JPN/RO	384
DPF/GMI/RO	5.776
DPF/VLA/RO	125
<b>TOTAL</b>	<b>6.285</b>

### 12.2.2 Comissão de Vistoria de Segurança Privada.

ATIVIDADE	UNIDADE/QUANTIDADE			
	SR/DPF/RO	DPF/JPN/RO	DPF/GMI/RO	DPF/VLA/RO
Documentação para Curso de Formação conferida	3.093	19	0	14
Instituições financeiras vistoriadas	54	44	6	29
Veículos especiais carro-forte vistoriados	32	17	0	4
Vistorias em Empresas de segurança privada	48	19	0	32



### 12.2.3 Controle de Armas de Fogo

ATIVIDADE	UNIDADE/QUANTIDADE			
	SR/DPF/RO	DPF/JPN/RO	DPF/GMI/RO	DPF/VLA/RO
Autorização p/ aquisição de arma de fogo	264	40	0	68
Solicitação de porte de arma	38	2	1	6
Armas entregues - campanha de desarmamento	10	18	1	7
Armas recolhida na justiça federal	0	0	0	0
Armas apreendidas	14	8	0	2
Solicitação de renovação de registro	684	224	2	263
Entrega de registro de armas de fogo	659	222	2	262
Armas de fogo diversas recolhidas junto ao IBAMA	0	0	0	0

### 12.2.4 Controle de Produtos Químicos

ATIVIDADE	UNIDADE/QUANTIDADE			
	SR/DPF/RO	DPF/JPN/RO	DPF/GMI/RO	DPF/VLA/RO
Processos para emissão de Certificado de Registro Cadastral de Produtos Químicos	14	7	0	2
Processos para Renovação de Licença de Funcionamento de Produtos Químicos	42	42	0	10
Inspeções Prévias Para Emissão de Certificado de Registro Cadastral de Produtos Químicos	0	0	0	0
Fiscalização de Empresas referente ao cometimento de infrações Administrativas referentes a Produtos Químicos	0	0	0	1

## 12.3 Comunicação Social

As Ações do Setor de Comunicação Social da SR/DPF/RO no ano de 2012 resumem-se a:

- Realização, com a presença do Superintendente Regional da SR/DPF/RO, de 4 (quatro) Solenidades de Hasteamento das Bandeiras na sede da Superintendência, 1 (uma) na Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO e 1 (uma) na Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO na presença do efetivo e autoridades Cíveis e Militares Federal e Estadual.
- Cerimônia de Incineração de 581 quilos e 800 gramas de entorpecentes no dia 08/03/2012 na presença de diversas autoridades Cíveis e Militares, Federal e Estadual.
- Organização da Solenidade de Posse do Chefe da Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná/RO no auditório da Faculdade ULBRA na presença de várias autoridades Cíveis e Militares.
- Participação na Organização da Páscoa dos Militares e Policiais no dia 01/06/2012 com a Celebração de uma Missa para os católicos e de um Culto para os Evangélicos.
- Divulgação das Operações Polícias através de Notas de Imprensa, com publicidade na Imprensa local, regional e nacional.

## 12.4 Atividades Técnicas de Engenharia

O Grupo Técnico em Edificação (GTED) trabalhou intensamente durante o período de 2012, principalmente na elaboração de projetos básicos de obras e serviços de engenharia necessários em toda a estrutura física da Superintendência Regional no Estado de Rondônia. Também atuou destacadamente na licitação de tais obras e na fiscalização da execução.

Entretanto, inúmeras são as dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades. Primeiramente, a falta de servidores administrativos técnicos, sendo designados servidores policiais com formação em engenharia e arquitetura, os quais são em número reduzido. Ademais, tais servidores não são liberados de suas funções e atividades policiais, tendo que acumular as atividades policiais com as atividades técnicas de engenharia. Além disso, os servidores policiais não possuem experiência na área de elaboração de projetos, não possuem softwares específicos para projeto, não dominam a prática corrente e não conhecem o Estado da arte na construção civil, o que leva a grande dificuldade na elaboração de projetos.

## 12.5 Indicadores de arrecadação da UJ

Adicionalmente, foram desenvolvidos indicadores regionais, no âmbito do SELOG/SR/DPF/RO e Conformidade de Gestão/SR/DPF/RO cujos detalhes estão sintetizados adiante.

**a) Utilidade:** avaliar o desempenho da arrecadação de receitas no FUNAPOL e na área de controle de químicos, ano a ano. Esses indicadores foram mensurados mediante pesquisas realizadas pela Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF e têm auxiliado o processo de tomada de decisão gerencial pelo Ordenador de Despesas da Unidade.

**b) Mensurabilidade:** Trata-se de indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados são extraídos do Sistema de Informações de Arrecadação (SIAR), um dos Sistemas Corporativos do DPF, além de ser econômica a produção de tal indicador.

O Departamento de Polícia Federal possui entre suas principais fontes de arrecadação de receitas as relacionadas com: Imigração, Segurança Privada, SINARM e Produtos Químicos. Conforme dados extraídos do - SIAR, a SR/DPF/RO e suas Descentralizadas durante o exercício de 2012 arrecadaram R\$ 2.455.961,88 (dois milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e sessenta e um reais e oitenta e oito centavos), representando **0,52%** da arrecadação do DPF.

A principal fonte de receita do DPF está vinculada à Imigração. Taxas essas instituídas pelo Decreto nº 3.345, de 30 de novembro de 1938, tendo também como base legal a Lei Complementar nº 9/1997 e o Decreto nº 5.978/2006. Sua arrecadação nesta Regional em 2012 correspondeu a R\$ 1.796.671,49 (um milhão setecentos e noventa e seis mil seiscentos e setenta e um reais e quarenta e nove centavos), **73%** de toda sua arrecadação e **0,31%** do DPF.

A receita relacionada à Segurança Privada foi instituída pela Lei nº 7.102/1983, alterada pela Lei nº 9.017/1995 e regulamentada pelo Decreto nº 89.056/1983, alterado pelo Decreto nº 1.592/1995. No exercício de 2012 representou **466.634,32 (quatrocentos e sessenta e seis mil seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos)**, **19%** de sua arrecadação.

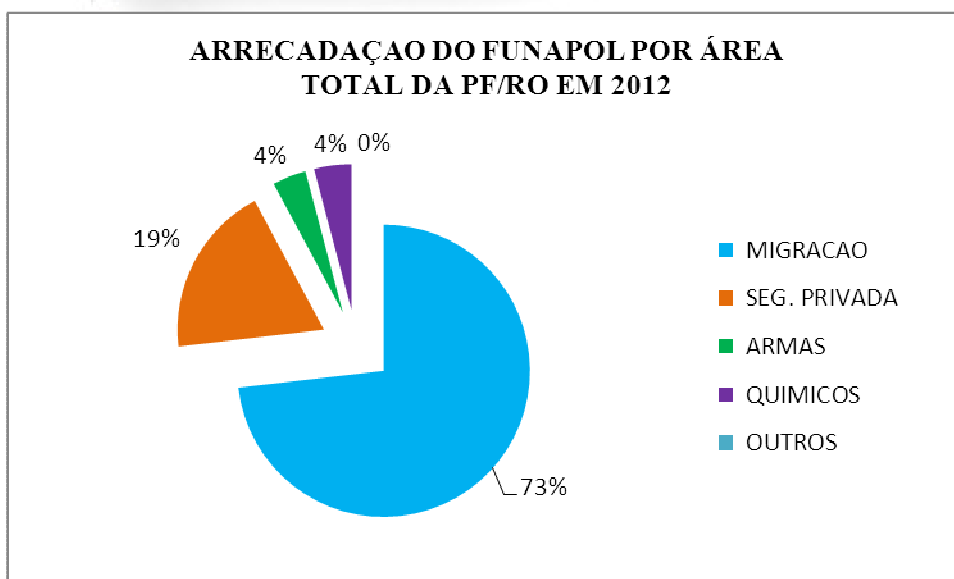
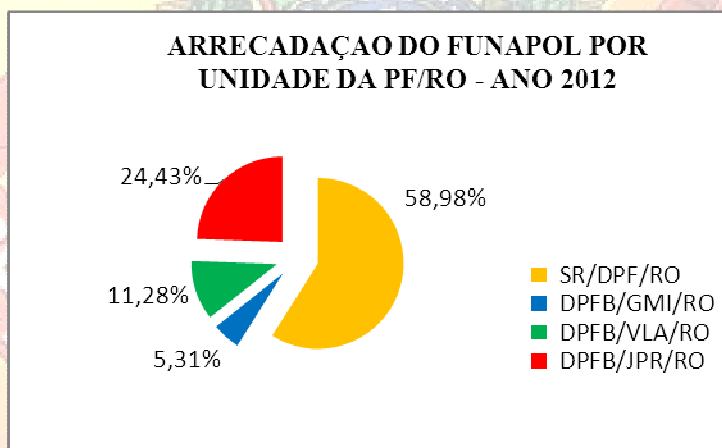
A receita relacionada ao SINARM foi instituída pela Lei nº 10.826/2003, alterada pela Lei nº 11.706/2008 e regulamentada pelo Decreto nº 5.123/2004. Já a receita relacionada a Produtos Químicos foi instituída pela Lei nº 7.102/1983, alterada pela Lei nº 9.017/1995 e depois pela Lei nº

10.357/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 4.262/2002. Conforme se observa no gráfico abaixo, cada uma representou 4% da arrecadação desta Regional no exercício de 2012. Onde a arrecadação no SINARM e na área de controle de precursores químicos corresponderam a R\$ 91.140,00 e R\$ 101.360,00 respectivamente, em todas as Unidades Jurisdicionadas do DPF/RO.

Por conseguinte, é possível inferir que houve elevação da demanda de serviços nas atividades de apoio das diversas Delegacias, Setores e Núcleos da Superintendência em Porto Velho, e principalmente no interior do Estado, sendo mantido praticamente o mesmo efetivo de servidores administrativos.

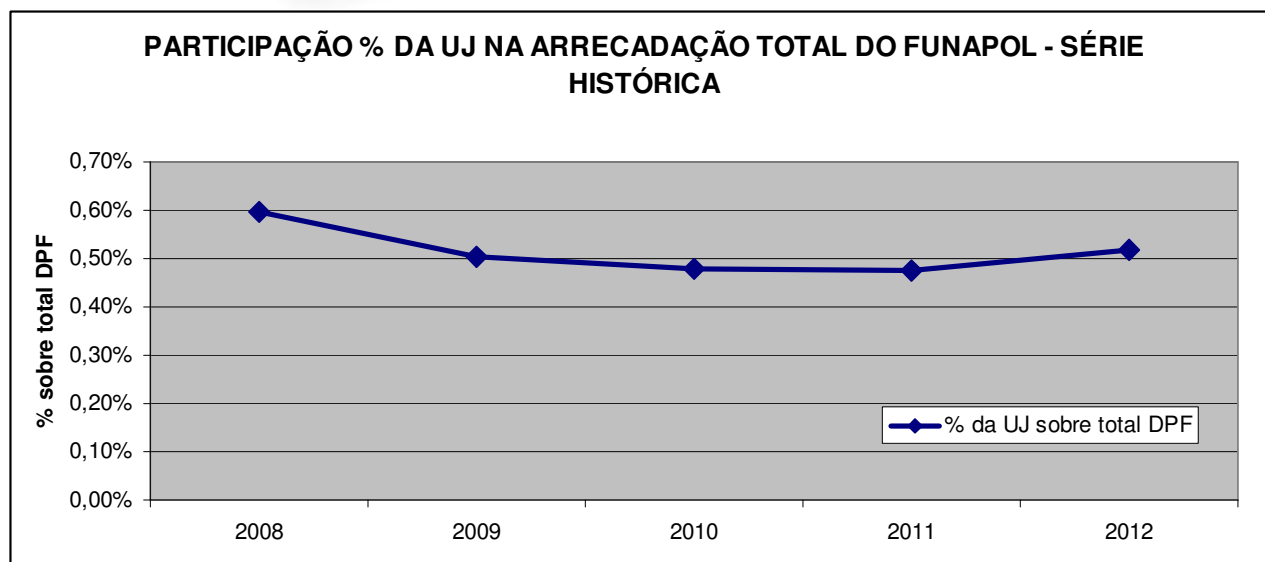
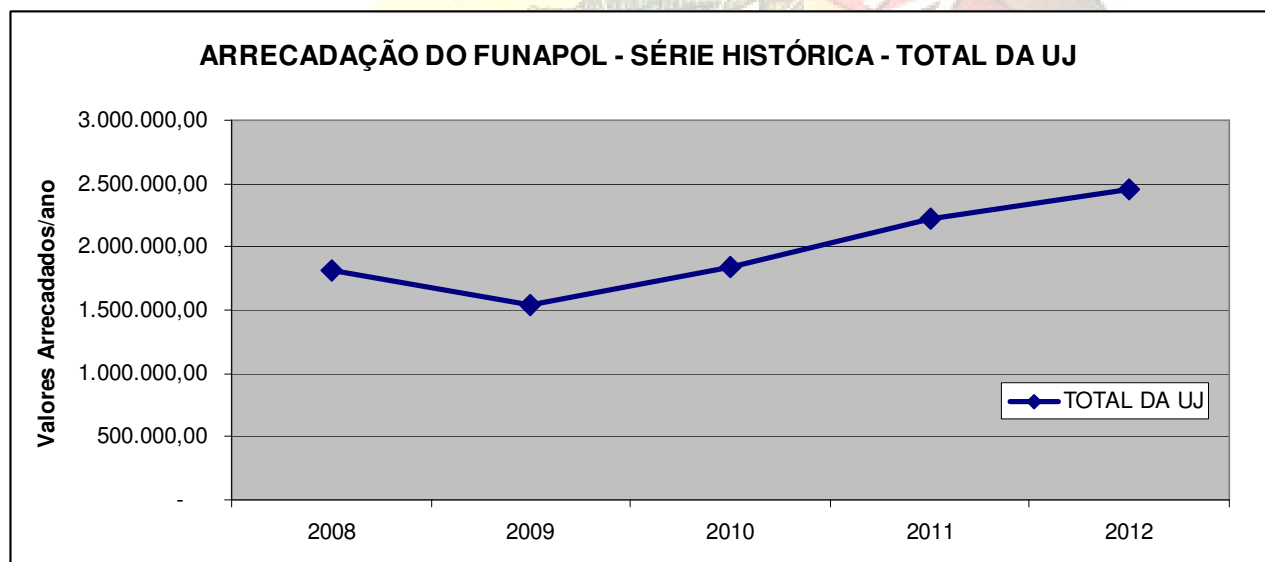
#### ARRECADAÇÃO DO FUNAPOL EM 2012 POR UNIDADE E ÁREA

ÁREA/UNIDADE	SR/DPF/RO	DPF/GMI/RO	DPF/VLA/RO	DPF/JPN/RO	TOTAL
MIGRACAO	1.019.541,86	113.342,40	193.762,86	470.024,37	<b>1.796.671,49</b>
SEGURANCA PRIVADA	329.677,03	8.512,80	47.972,51	80.471,98	<b>466.634,32</b>
ARMAS	52.540,00	480	18.960,00	19.160,00	<b>91.140,00</b>
QUIMICOS	46.880,00	8.040,00	16.160,00	30.280,00	<b>101.360,00</b>
OUTROS	0	0	156,07	0	<b>156,07</b>
			TOTAL DA UJ		<b>2.455.961,88</b>
			TOTAL DO DPF		<b>473.369.672,10</b>



## 12.6 Arrecadação do FUNAPOL - SÉRIE HISTÓRICA

ARRECADÇÃO DO FUNAPOL - SÉRIE HISTÓRICA					
UNIDADE	2008	2009	2010	2011	2012
SR/DPF/RO	814.622,58	737.666,37	961.747,86	1.253.176,87	1.448.638,89
DPF/GMI/RO	89.506,18	124.554,75	123.716,52	135.696,00	130.375,20
DPF/VLA/RO	258.825,31	151.987,10	202.928,06	233.709,33	277.011,44
DPF/JPN/RO	651.913,22	521.117,62	548.509,93	602.178,33	599.936,35
<b>TOTAL DA UJ</b>	<b>1.814.867,29</b>	<b>1.535.325,84</b>	<b>1.836.902,37</b>	<b>2.224.760,53</b>	<b>2.455.961,88</b>
<b>TOTAL DPF</b>	<b>304.552.468,97</b>	<b>304.457.914,00</b>	<b>384.786.766,07</b>	<b>469.982.130,91</b>	<b>473.369.672,10</b>



## 13 CONCLUSÃO

A Superintendência da Polícia Federal em Rondônia no ano de 2012, conforme demonstrado neste Relatório envidou todos os esforços objetivando alcançar melhores condições de trabalho, eficiência e qualidade em suas ações contra o crime organizado e **os resultados obtidos são considerados positivos e satisfatórios, mesmo tendo enfrentado sérias dificuldades relacionadas principalmente ao reduzido efetivo policial e administrativo** que impediu o alcance de resultados ainda mais expressivos.

Sobre a suficiência quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal frente aos objetivos, metas e estratégias desta Regional, entendemos imprescindível à ampliação do quadro próprio da PF.

Com relação ao **efetivo policial**, as lotações da PF, especialmente na Região Norte, têm sofrido ao longo dos anos uma **redução continuada de seus policiais** que buscam pelas vias legais as lotações centrais da Federação.

Complicadores adicionais ao quesito “efetivo policial”, foram o **movimento reivindicatório das classes de Agentes, Escrivães e Papiloscopistas** e a **ansiedade provocada pelo processo do Concurso de Remoção** que alcançou cerca de 80% de todo o efetivo de Agentes da Polícia Federal neste Estado, ambos os eventos ocorridos ao longo do segundo semestre de 2012.

Já em relação ao quadro de **servidores administrativos**, a situação é grave. **Há vários anos sem realização de concurso público**, o quadro dos servidores administrativos vem diminuindo a passos largos: **servidores antigos que se aposentam** e **servidores mais novos que se enveredam na realização de outros concursos públicos**.

A SR/DPF/RO terminou o exercício de 2012 com 87% do efetivo policial e 59% dos administrativos, ambos comparados ao quantitativo de 2009 (100%), correspondendo ao menor efetivo dos últimos 4 anos.

### **Efetivo servidores policiais da PF no Estado de Rondônia**

CARGO	MÊS/ANO			
	DEZ/09	AGO/10	DEZ/11	DEZ/12
DPF	100%	94%	89%	75%
PCF	100%	100%	95%	76%
APF	100%	123%	85%	79%
EPF	100%	215%	162%	154%
PPF	100%	71%	57%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>125%</b>	<b>95%</b>	<b>87%</b>

### **Efetivo servidores administrativos da PF no Estado de Rondônia**

CARGO	MÊS/ANO			
	DEZ/09	AGO/10	DEZ/11	DEZ/12
AADM	100%	66%	60%	59%

Registramos que do efetivo total de AADM's em 2012, 43% já possuem tempo de serviço suficiente para se aposentar e ainda, outros 13% completarão este tempo nos próximos 3 anos.

A Direção Geral do DPF tem feito gestões junto ao MPOG e demais canais competentes para a realização de novos concursos no Departamento, diante da defasagem de servidores, assim como a



implementação da Gratificação por lotação em área de fronteira, bem como as Funções Comissionadas Técnicas via DGP, englobando desta forma, todos os servidores do DPF neste Estado, o que seguramente reduziria a demanda interna de remoções, aliviando parte significativa dos problemas enfrentados nos Estados da Região Norte.

Todavia ações específicas destinadas a corrigir a defasagem no efetivo administrativo (concurso público específico) estão indefinidas.

A curto e médio prazos, a carência de servidores tende a se agravar com a iminência da realização da Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Tais eventos importarão em sobrecarga das funções de controle de fronteiras e de imigração, vez que a Polícia Federal responsabilizar-se-á pela segurança nos citados eventos.

Dentre as diversas operações realizadas citamos: as **Operações PRETORIUM I e II** e as **Operações VÓRTICE e ENDEMIA** que resultaram em benefícios relevantes à sociedade, cessando a malversação de centenas de milhões de reais dos cofres públicos no âmbito da Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO e nas fraudes que ocorriam no maior Precatório do Brasil, no âmbito do TRT/RO. Tivemos também a **Operação METAMORFOSE** que desarticulou quadrilha especializada em furto de cartões de crédito em depósitos dos Correios e a **Operação VOTO LIVRE** que prendeu em flagrante candidato a vereador no momento em que oferecia vantagens em troca de votos a um grupo de estudantes universitários. Na **Operação PANACÉIA** foi desarticulada quadrilha especializada em fraudes a vestibulares de medicina, culminando com a prisão de 13 pessoas. Já a **Operação RIO DE OURO**, foi desarticulada quadrilha especializada na extração e comercialização ilegal de ouro, com posterior inserção irregular do metal no Sistema Financeiro Nacional, tendo esta quadrilha movimentado, no ano de 2011, cerca de 600 quilos de ouro (equivalente a cerca de R\$ 54.000.000,00).

Além dos resultados palpáveis alcançados por estas operações, merece destaque a amplitude do apoio expressado pela sociedade a estas operações, deixando evidente o anseio e a satisfação popular por ações destas naturezas.

Já as **Operações permanentes: ROOSEVELT, ARCO DE FOGO, DEFESA DA VIDA e SENTINELA** permitiram otimizar os escassos recursos humanos da PF no Estado, trazendo, em missões específicas, experientes policiais federais e da Força Nacional, assumindo, de maneira significativa, as ações ostensivas e investigativas de repressão a crimes ambientais, conflitos agrários, tráfico de entorpecentes e na preservação da reserva indígena dos índios Cinta-Larga. Ademais dos resultados apresentados, a maior presença ostensiva do Estado nestas regiões tem resultado em maior percepção de segurança e satisfação para a sociedade, inibindo as ações criminosas.

As **Delegacias Descentralizadas e Especializadas** no cumprimento de suas atividades atenderam os objetivos da PF para 2012, com destaque para a implementação das diversas linhas de investigações; alcance de bons níveis de instauração e conclusão de Inquéritos policiais; atendimento satisfatório ao público externo que busca as unidades da PF para a resolução de questões associadas à imigração, aquisição e registros de armamentos, licenças para realização de atividades com o uso de produtos químicos, empresas e profissionais de segurança privada, emissão de certidões de antecedentes criminais, dentre outros; ampliaram a parceria com outros órgãos de segurança pública, em especial no que se refere à troca de informações de inteligência; atenderam com eficiências a demanda de apoio policial dos outros órgãos (INCRA, IBAMA, Ministério do Trabalho, INSS).

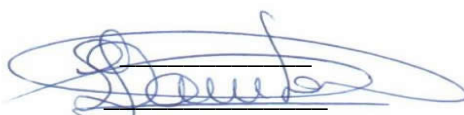
Do Relatório de Inspeção Anual das instalações da SR/DPF/RO e suas Descentralizadas 2012 foi apresentada demanda de recursos orçamentários a fim de proceder a licitação do Projeto Executivo relativo à construção da nova sede da Superintendência Regional em Rondônia vez que sua atual estrutura física é inadequada à finalidade, tanto quanto ao aspecto estrutural, quanto aos

físicos e logísticos. Dentre os diversos problemas identificados na sede da SR/RO destacamos: estrutura física atual muito antiga; espaço físico insuficiente; ausência de segurança adequada às instalações; mau aproveitamento do terreno, com problemas na circulação interna; carência de banheiros adequados ao público externo e interno, dentre outras.

Dos resultados alcançados na área-meio destacamos a disponibilização de novas viaturas e coletes balísticos pelo órgão central; aquisição de equipamentos de informática para suprir demanda de TI.

Em consonância com as melhorias propostas para 2012 no tocante às instalações físicas das Unidades da PF em Rondônia, destacamos: a instalação da rede de gás especial hélio para uso analítico para funcionamento de 01 cromatógrafo a gás com detector de massas (CGEM) no Laboratório de Análise Química Instrumental do Setor Técnico-Científico desta Regional, destinado pela SENASP, avaliado em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e investidos R\$ 67.728,95 (sessenta e sete mil setecentos e vinte e oito reais e noventa e cinco centavos) na reforma do antigo Telecentro com otimização de seu espaço, visando funcionar também como auditório, na reforma da rede de drenagem superficial desta Regional e construção de um canil. E ainda, imbuídos do compromisso delegado pelo órgão central e diante das restrições orçamentárias impostas para o biênio 2012/2013, face a premente necessidade de viabilizarmos algumas obras prioritárias nas instalações da sede da SR/DPF/RO, solicitamos ao Ministério Público do Trabalho – 14ª Região inclusão de tais demandas quando do ajuste de condutas advindos, resultando na execução de serviços que totalizam R\$ 119.762,30 (cento e dezenove mil setecentos e sessenta e dois reais e trinta centavos) referentes a construção de novos estacionamentos cobertos para as viaturas policiais, com área de 684m<sup>2</sup>, construção de nova guarita, com área de 12m<sup>2</sup>, no acesso ao portão de entrada e saída de veículos, ampliação das salas do Gabinete e Secretaria, com área total a ampliar de 36,52 m<sup>2</sup>, para funcionar como salas de reuniões e espera, respectivamente.

No tocante ao quesito de alocação de recursos orçamentários para as melhorias das condições de trabalho dos servidores e de atendimento ao público, conforme demonstrado neste, é possível inferir que todos os esforços convergiram para a máxima aplicação desses recursos, de forma consciente e em sua quase totalidade, embora ainda haja carência de recursos humanos. Por conseguinte, são nítidos os reflexos no desempenho operacional da Polícia Federal neste Estado, ano após ano.



Donizetti Aparecido Tambani  
Superintendente Regional